



PESSOAS e LUGARES

Desemprego em Portugal

Mundo rural aponta
novas soluções

p.3

Oportunidades de investimento

O turismo em meio rural
como alvo atrativo
para os investidores

p.5

Turismo e desenvolvimento rural



Rota na Madeira

Por veredas e levadas

p.22-23

Dinamismo do setor reforça importância da promoção

Entrevista com
Frederico Costa, presidente
do Turismo de Portugal

p.14-16



Turismo e desenvolvimento rural

As profundas mudanças ocorridas no mundo rural ao longo das três últimas décadas produziram contrastes e contradições, sentidas de forma vívida por quem reside ou trabalha nestas regiões. Se, por um lado, o abandono rural tornou os territórios mais envelhecidos e despovoados, por outro, estes desenvolveram fatores de atratividade, que levam a que cada vez mais pessoas optem por passar parte das suas férias em meio rural.

A qualificação do património – público e privado –, a recuperação de tradições gastronómicas, a oferta de novas atividades de animação turística – turismo cultural, religioso, desportivo, de natureza, etc. – e o aumento do número e qualidade de alojamentos turísticos em espaço rural, levam cada vez mais pessoas a usufruírem do mundo rural como espaço de lazer.

Neste processo de melhoria contínua da competitividade dos territórios, o LEADER teve um papel determinante. Ao longo dos seus 20 anos de existência, tem apoiado a concretização de muitos projetos de investimento turístico nos territórios rurais, dinamizando assim não apenas esse setor mas também outras atividades económicas a que o turismo está ligado. Trata-se de projetos fortemente enraizados nos recursos e valores dos territórios, articulando diferentes dimensões para além do alojamento, como a restauração e a gastronomia, a animação e as atividades de ar livre.

Ao dinamizarem os seus territórios de intervenção, promoverem a qualificação da oferta, apoiarem tecnicamente os promotores de projetos, estimularem a constituição de parcerias e redes de cooperação para a promoção e comercialização, entre muitas outras iniciativas, as Associações de Desenvolvimento Local, entidades gestoras do LEADER, têm tido nesta matéria um papel fundamental e indutor da inovação.

A dinamização da atividade turística tem um impacto direto nas economias locais, é muitas vezes o mote para iniciativas de carácter ambiental e paisagístico e reflete-se também na reconstrução da identidade dos territórios e na respetiva coesão social.

Os promotores de projetos, por seu lado, têm sido a prova viva de que nos territórios rurais existem muitos agentes locais com iniciativa, apostados em executar os seus projetos de investimento – no turismo, mas também em muitos outros setores de atividade.

Esta iniciativa é tanto mais de notar quando o país atravessa uma grave crise económica e social, que coloca aos próprios promotores entraves de relevo. Estes confrontam-se hoje com uma forte restrição do crédito bancário, fundamental para alavancar os investimentos, e uma significativa redução da procura, colocando em causa a recuperação dos investimentos nos prazos inicialmente previstos

As notícias que publicamos neste número do PESSOAS E LUGARES, que registam grande afluência de público a seminários e *workshops* sobre investimento nos territórios rurais, organizados pelas ADL, e a assinatura e entrega de mais de 200 contratos LEADER, também relatados nas páginas deste jornal, demonstram que vale a pena reforçar a aposta no LEADER, pela sua capacidade de gerar desenvolvimento económico e emprego nos territórios rurais, contribuindo positivamente para a melhoria da situação económica do país.



Regina Lopes
Diretora

PESSOAS E LUGARES

N.º 06 . maio 2012 . III série . Bimestral

Propriedade

MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
Rua Bartolomeu Dias, 172 D, 1.º Esq.
1400-031 Lisboa
T. +351 217 819 230
F. +351 217 819 232
E. minhatterra@minhaterra.pt
<http://www.minhaterra.pt>

Diretora

Regina Lopes

Editor

Luís Chaves

Conselho Editorial

Federação MINHA TERRA (Regina Lopes, Luís Chaves, Paula Matos dos Santos), PRODER (Ana Paula Carvalho), RRN (Ana Pires da Silva), PRORURAL (Maria José Aranda e Silva), Empower (Henrique Baltazar)

Redação

Henrique Baltazar (Empower), Paula Matos dos Santos, Rita Reis (Empower), Raquel Gorjão (Empower)

Colaboraram neste número

Francisco Calheiros, Maria José Ilhéu

Fotografias

ACAPORAMA, ADDLAP, ADERL, ADIRN, ADRAMA, ADREPES, ADRIL, APRODER, ATAHCA, BEIRA DOURO, CORANE, DESTIQUE, ENRD Contact Point, ESDIME, Luís Faustino, Helena Ramos Fernandes, Paula Matos dos Santos, PRÓ-RAIA, Quinta dos Anjos, Quinta das Lamas e Salgueirinhos, Quinta do Quetrofe, TERRAS DENTRO, TURIHAB

Desenho gráfico e paginação

Álvaro Góis e Teresa Braga (Empower)

Impressão

Europress

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

331087/11

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.

Alguns URL foram reduzidos com o goo.gl, da Google, para facilitar a leitura.



minha terra
por um novo mundo rural

www.minhaterra.pt



Desemprego

Novas soluções procuram-se!

Foto: Caitlin Ghilis

Portugal registou a terceira taxa de desemprego mais elevada da União Europeia (UE), que atingia já os 15,3 por cento em março deste ano, segundo dados do Eurostat. De acordo com estes dados, Portugal é apenas ultrapassado pela Espanha (24,1 por cento) e pela Grécia (21,1 por cento, em dados relativos ainda a janeiro de 2011).

Já o desemprego jovem (idade inferior a 25 anos) atingiu os 36,1 por cento em Portugal, sendo o terceiro mais alto da UE, a seguir a Espanha e Grécia, com valores acima dos 50 por cento.

Além de se tratar de números historicamente altos, as previsões para o corrente ano e o para o próximo não são animadoras: o Banco de Portugal prevê que em 2012 se verifique uma redução de 170 mil empregos em Portugal, a que acrescerá a destruição de mais 33 mil em 2013.

Estas estimativas, que são próximas das apresentadas pela generalidade das organizações internacionais, evidenciam a necessidade de desenvolvimento de políticas ativas de criação de emprego, procurando minorar os efeitos sociais e económicos da crise atual.

Neste sentido, o Governo criou a Comissão Interministerial de Criação de Emprego e Formação Jovem, coordenada pelo Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas, visando realizar, a nível governativo, o mapeamento de uma estratégia de atuação que contrarie os índices verificados e apresente resultados mais visíveis na criação de emprego.

A Presidente da Minha Terra – Federação de Associações de Desenvolvimento Local, Regina Lopes, chama a atenção para o facto de esta Comissão poder aproveitar os

bons exemplos que se adaptaram à realidade nacional e demonstraram a sua capacidade efetiva de criação de emprego. É nesta perspetiva que se deverá equacionar a inclusão da experiência das Associações de Desenvolvimento Local (ADL) nos planos governamentais de criação de emprego, acrescenta. O LEADER, que as ADL gerem de forma descentralizada, é o segmento dos Programas de Desenvolvimento Regional que gera mais emprego. Entre 2010 e 2012, as ADL aprovaram projetos LEADER que representam a criação de mais de 4.000 postos de trabalho diretos, localizados em territórios rurais, regiões onde a criação de emprego é ainda mais difícil, e que se vêm somar aos cerca de 17.000 gerados desde o início do LEADER.

Entre as especificidades da intervenção das ADL que lhes permitem a

obtenção destes resultados, destaca-se o trabalho de animação territorial e a proximidade com os promotores locais.

A animação do território é determinante para dinamizar a população e as entidades locais, desenvolvendo uma cultura empreendedora e mobilizando as pessoas para a ação. Este trabalho requer uma proximidade com os mais diversos agentes do território, ao mesmo tempo que é potenciado por essa proximidade.

É imperativo também, refere Regina Lopes, ter em consideração que a forma como se lida com cada situação deve ter em conta a realidade do território, pelo que o sucesso dos empreendedores é substancialmente maior quando existe apoio de proximidade e integração na realidade local.

Migração para o Mundo rural

A procura de uma melhor qualidade de vida e de fontes alternativas de trabalho tem mobilizado muitos portugueses a mudarem-se para o Mundo rural. Tendo em conta as dificuldades que se fazem sentir nos grandes centros urbanos (falta de emprego, elevado custo da habitação, tempo perdido em deslocações), muitas pessoas deslocam a sua vida para as zonas rurais na busca de um horizonte melhor.

Enquanto muitos dos novos habitantes rurais se continuam a dedicar às mesmas atividades que antes desenvolviam, utilizando agora o teletrabalho, muitos outros têm optado por mudar a sua profissão, dedicando-se à agricultura, artesanato, turismo rural, etc.

Formação e qualificação

Tendo em conta as necessidades de qualificação da população, muitas ADL passaram a integrar a dimensão da qualificação na sua estratégia de intervenção, promovendo ações de formação nas áreas em que os seus territórios de intervenção revelam maiores carências.

Seja formação no âmbito do LEADER, dos Centros Novas Oportunidades, de cursos de Educação e Formação de Adultos, Formação Modular Certificada ou outras modalidades de aquisição de competências, as ADL têm obtido resultados muito positivos na sua estratégia de incremento das competências da população, fator fundamental para melhoria da empregabilidade, do espírito empreendedor e o exercício de uma cidadania ativa.

Comprar português, comprar local

Surgiram nos últimos anos várias campanhas para incentivar a compra de produtos nacionais. “Compro o que é nosso”, da Associação Empresarial de Portugal, é a mais conhecida. Juntando numerosas empresas, visa apoiar a produção nacional, com efeitos diretos na economia, no emprego e na sustentabilidade ambiental.

Também as ADL, em óticas mais locais, têm promovido os produtos dos seus territórios, através da criação de redes de produção e distribuição, de campanhas, de feiras, da obtenção de denominações de origem, entre outras. Um trabalho essencial para a valorização dos produtos locais, para a economia e o emprego, essencial no desenvolvimento rural integrado.

As ADL e o empreendedorismo

Uma das respostas à situação de desemprego é optar por criar o próprio negócio. Quem opte por esta alternativa nos territórios rurais, mesmo que seja oriundo das zonas urbanas, pode concorrer ao LEADER, no âmbito das medidas de diversificação de atividade no meio rural.

Além de poderem obter a participação dos seus projetos de investimento, os empreendedores rurais contam com equipas técnicas locais, o que é particularmente relevante quando se sabe que o apoio de proximidade é um dos fatores que reduz a taxa de insucesso dos “pequenos” projetos de investimento.



Seminário Pequenos Frutos

Amoras, framboesas, morangos, mirtilos e groselhas são os pequenos frutos que foram focados no Seminário que a ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave organizou, em parceria com a Rede de Produtores de Pequenos Frutos da Região Norte. O evento intitulou-se “Pequenos Frutos – Uma alternativa para a Região” e teve lugar dia 24 de março, no Auditório da Escola Profissional Amar Terra Verde.

O êxito da iniciativa manifestou-se no elevado número de participantes – mais de 300 – que excederam largamente as expectativas iniciais. De acordo com a ATAHCA, este fenómeno deveu-se ao interesse que os pequenos frutos cria nos jovens agricultores, que consideram esta colheita uma alternativa à produção tradicional da agricultura do Alto Cávado.

O seminário teve como objetivo principal colocar os agricultores em contacto com técnicos

relacionados com a produção e comercialização dos pequenos frutos e com os responsáveis pelos apoios financeiros, no âmbito do PRODER, assim como desenvolver o interesse dos jovens para a atividade agrícola enquanto atividade económica rentável.

Tendo em conta as excelentes condições da região do Alto Cávado para a produção destes frutos, pretende-se que o território seja uma referência a nível nacional em qualidade e técnicas de produção, bem como pelo nível de fixação de jovens no meio rural e recuperação das terras abandonadas. Apostando na inovação e no empreendedorismo agrícola, a produção destes pequenos frutos poderá ser encarada como uma alternativa ao modo de exploração agrícola tradicional e uma atividade rural complementar.

De salientar, ainda, que a região tem registado um aumento do número de jovens, muitos deles com cursos superiores, a desenvolver projetos inova-

dores na área agrícola, respondendo à potencialidade desta atividade no Alto Cávado.

O programa contou, entre outros, com o Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Daniel Campelo, do Diretor Regional de Agricultura e Pescas da Região Norte, Manuel Cardoso, e de José da Mota Alves, Presidente da ATAHCA. Daniel Campelo incentivou os jovens para a produção e cultivo das terras abandonadas, sublinhando que o regresso à terra serve para fixar as camadas mais jovens nos seus locais de origem e, simultaneamente, diminuir a importação de bens alimentares e aumentar as exportações. O presidente da ATAHCA, José da Mota Alves, referiu-se também à importância de criar dinâmicas que fixem os indivíduos à terra e de constituir uma rede de produtores, como a Rede de Produtores de Pequenos Frutos do Norte, para garantir o sucesso da atividade agrícola no nosso país.

Caramulo, Dão e Aguieira unem-se em Rota Gastronómica

A ADICES – Associação de Desenvolvimento Local juntou as regiões do Caramulo, do Dão e da Aguieira numa Rota Gastronómica para promover a qualidade da culinária local. Entre 14 de abril e 13 de maio, a primeira fase da iniciativa, a ADICES apelou à descoberta do território através dos vários sabores, estando prevista uma segunda fase entre outubro e novembro. A primeira edição abrangeu os concelhos de Santa Comba Dão, Tondela, Mortágua e Carregal do Sal.

O objetivo da iniciativa é sobretudo proporcionar aos visitantes (e aos habitantes da região) o melhor da gastronomia regional, bem como a produção local de bens agroalimentares do território de intervenção da ADICES. As datas foram escolhidas para que o calendário coincidissem com as épocas mais ricas em produtos locais: enchidos, frutas e produtos agrícolas.

A Rota da Gastronomia promovida pela ADICES, em

colaboração com as autarquias de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela, foi concretizada através de um trabalho de parceria com 14 restaurantes da região e com o apoio do Turismo do Centro de Portugal, reunidos num projecto que recolheu tanto os sabores antigos do dia a dia das aldeias como sabores renovados reinterpretados por cozinheiros experientes à procura de novas aventuras gastronómicas.

Durante o período da iniciativa, os restaurantes participantes deram a conhecer ementas diversificadas ligadas à gastronomia regional e aos produtos típicos da cozinha local: o vinho do Dão, o azeite, o cabrito do Caramulo, a ovelha, o queijo e o requeijão de ovelha, a lanja de Besteiros, a maçã, o mel, a lampreia, os enchidos, as compotas, os hortícolas, o milho, entre tantos outros.

<http://goo.gl/J80wd>



ARDE reúne IPSS de Ponta Delgada

A ARDE irá promover, a 18 e 19 de maio, o I Congresso Local de Solidariedade Social, que irá reunir cerca de uma centena de Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho de Ponta Delgada.

A iniciativa, que resultou de uma parceria da ARDE com a Câmara Municipal de Ponta Delgada e a Santa Casa da Misericórdia do concelho, irá debater os desafios da solidariedade na sociedade contemporânea.

Jovens agricultores com preferência na bolsa de terras

Os jovens agricultores, as organizações de produtores e os proprietários agrícolas confinantes são, por esta ordem, as preferências do Governo para a disponibilização dos terrenos detidos pelo Estado na bolsa de terras para fins agrícolas, florestais ou silvopastoris. A proposta de Lei com estes critérios foi aprovada em Conselho de Ministros, tendo dado entrada no parlamento para debate legislativo.

Encontro de Confrarias da Beira Serra

A ADIBER e a Câmara Municipal de Góis organizaram um Encontro de Confrarias Gastronómicas da Beira Serra, a 29 de Abril, com vista a reforçar as dinâmicas locais e fomentar a troca de experiências entre os vários parceiros.

Este encontro reuniu as confrarias do Queijo Serra da Estrela, do Bucho de Arganil, dos Carolos, do Medronho, e do Cabrito e da Castanha de Góis, sublinhando o seu papel na valorização e promoção da gastronomia da Beira Serra.

ADELIAÇOR promove Festival do Queijo

A ADELIAÇOR, em parceria com a Confraria do Queijo de São Jorge, organizou o Festival do Queijo, de 23 a 25 de Abril, com vista à promoção e valorização do queijo tradicional da ilha de São Jorge. A Denominação de Origem Protegida (DOP), as estratégias de marketing e comercialização, os benefícios nutricionais e as potencialidades gastronómicas do Queijo de São Jorge foram analisados na iniciativa, que culminou numa visita comentada à Rota do Queijo.

Oportunidades de investimento no turismo em meio rural

A LEADER OESTE – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste e o Município do Cadaval organizaram, no dia 18 de abril, nos Paços do Concelho, um *workshop* dedicado ao tema “Turismo em Meio Rural – Oportunidades de Investimento”, com o apoio do LEADER.

Na sessão de abertura, o Presidente da Câmara Municipal do Cadaval, Aristides Sécio, anfitrião da iniciativa, destacou o elevado potencial turístico de toda a região Oeste, salientando o facto de o turismo rural oferecer “uma complementaridade muito importante em relação ao turismo que se desenvolve na região”. Daí que tenha sido criado um “Manual de Apoio ao Investidor em Meio Rural – Turismo”, que resultou de uma parceria entre o município e a LEADER OESTE, e se destina a “facilitar a vida aos potenciais empresários, para que possam, o mais rapidamente possível, aceder aos apoios comunitários disponíveis, aproveitando-os da melhor forma”, no intuito de dinamizar o turismo local, preservando a ruralidade e as tradições, com respeito pela natureza.

José Manuel Vieira, Presidente da LEADER OESTE e da Câmara do Bombarral, con-

siderou fundamental “agarrar todas as oportunidades de investimento em turismo rural”, bem como promover “a atração de investidores à região, maximizando o nosso imenso potencial e aumentando as ofertas que dignifiquem e promovam a ruralidade do nosso Oeste”.

O presidente do Turismo do Oeste, António Carneiro, também presente na cerimónia, classificou o manual como “muito inovador, pioneiro e útil”. Este responsável pela pasta do turismo na região afirmou estar a verificar-se uma mudança do perfil do consumidor, explicando que “está a chegar uma geração com hábitos de consumo completamente diferentes; uma geração de experiências, que já não está tão agarrada ao turismo clássico, mas sim a vivências e experiências muito concretas”, sugerindo que o futuro do turismo na região poderá passar por “trabalhar para novos consumidores”.

Correspondendo ao interesse da iniciativa, registou-se uma grande afluência de público, que ultrapassou uma centena de pessoas, entre os quais se encontravam numerosos potenciais investidores na região, revelando o dinamismo e vontade de investir presentes neste território rural.

Itinerários Equestres no Minho-Lima



O projeto “Itinerários Temáticos de Turismo Equestre – Minho Lima”, apresentado no início de março, é um projeto-piloto que associa o Turismo de Portugal, o Turismo do Porto e Norte e a TURIHAB – Associação do Turismo de Habitação em Portugal, tendo como objetivo primordial a dinamização do Turismo Equestre em Portugal.

Inicialmente arquitetado para a região do Minho-Lima, no norte de Portugal, a iniciativa abarca a definição de uma metodologia e requisitos aplicáveis ao desenvolvimento da atividade, um guia de boas práticas para os agentes turísticos e a identificação de quatro itinerários de turismo equestre na região do Minho-Lima. Estes itinerários, que são de operacionalização imediata,

denominam-se “Pelos Aldeias de Portugal”, “Do Minho ao Lima”, “Entre as lagoas e a Serra de Arga” e “Pelos Caminhos de Santiago”.

A pertinência dos itinerários relaciona-se com as idiossincrasias exclusivas do território nacional para o desenvolvimento do turismo equestre, essencialmente devido à amenidade do clima e à diversidade paisagística, assim como à existência de raças autóctones Puro Sangue Lusitano, Garrana e Sorraia.

Particularmente a região Minho-Lima, para além dos recursos naturais e culturais que oferece, detém um conjunto considerável de cavalos da raça garrana, bem como uma concentração de centros equestres e outras instalações

que acolhem esporadicamente festividades e efemérides ligadas ao cavalo.

A importância de potenciar estas atividades advém da sua contribuição para a oferta turística, por meio da diversificação turística vinculada à descoberta dos valores patrimoniais, permitindo reduzir o efeito de sazonalidade no turismo nos territórios rurais.

O referido projeto pretende envolver os agentes turísticos na dinamização e promoção desta oferta e divulgar a metodologia e as boas práticas a outras regiões nacionais, de forma a promover e desenvolver a atividade de turismo equestre, e posicionando Portugal como um destino de referência nesta área.

<http://goo.gl/lFYun>

Primeiro-Ministro garante conclusão do Alqueva na OVIBEJA

Entre 27 de abril e 1 de maio, no Parque de Feiras e Exposições de Beja, decorreu a 29.ª Edição da Ovibeja, este ano sob o mote “+PRODUÇÃO”.

Em visita ao certame, Pedro Passos Coelho assegurou que o projeto do Alqueva será concluído até 2015, explicando que é fundamental promover o regadio e outras atividades essenciais à recuperação económica do Alentejo e do país. Apesar do adiamento de dois anos face à data prevista, os agentes do setor receberam a notícia com satisfação, acreditando que a obra será finalmente concluída.

1.ª Feira de Turismo Rural e Natureza

De 2 a 10 de Junho, a TuriPortugal – Associação de Turismo de Portugal, irá realizar a EXPO.tur 2012 - 1.ª Feira de Turismo Rural e Natureza, em articulação e nas mesmas datas da Feira Nacional de Agricultura, em Santarém.

O tema da feira será a rede de alojamentos “Casas Açorianas”, estando prevista a realização de um seminário subordinado ao tema “Diferenciar o Produto, Qualificar a Oferta, Internacionalizar o Setor”, para discutir o turismo rural e a natureza.

Feira Nacional de Agricultura

De 2 a 10 de junho, o CNEMA – Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, organiza a 49.ª edição da Feira Nacional de Agricultura, em simultâneo com a 59.ª Feira do Ribatejo.

O evento apresenta-se como uma oportunidade para retomar a temática da agricultura, considerando a importância da sua dinamização e desenvolvimento para a economia do País. Este ano será dado destaque à promoção, como forma de sensibilizar o público visitante para o consumo de produtos portugueses.

Prova Hípica promove Rota Histórica das Linhas de Torres

O Raid Hípico das Linhas de Torres foi criado para divulgar e valorizar todo o potencial do património histórico e turístico afecto às Linhas de Torres Vedras, muito pouco conhecido e aproveitado ao nível nacional, mas reconhecido a nível internacional como o mais eficaz sistema de defesas de campo de todos os tempos.

Trata-se de um projeto promovido pela Associação dos Produtores Agrícolas e Florestais da Estremadura que recebeu o apoio do LEADER, através da LEADER OESTE.

Apresentação de projetos LEADER da Terras Dentro

A Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado promoveu, no dia 19 de abril, em Alcáçovas, a sessão de apresentação dos projetos LEADER aprovados nos dois concursos abertos em 2010 e 2011. O evento juntou cerca de 70 participantes, entre parceiros da Terras Dentro, promotores de projetos, sócios e colaboradores da associação. Os promotores apresentaram ao vivo os seus projetos, partilhando com a audiência ideias, experiências e aspetos importantes do apoio LEADER.

Os 31 projetos aprovados representam um investimento total de e 4,8 milhões de euros, dos quais 3 milhões dizem respeito a apoio públi-

co no âmbito do LEADER, e os restantes a investimento privado. No total, estes projetos resultarão na criação de 87 postos de trabalho diretos, o que se reveste de uma grande importância para este território rural alentejano.

A maior fatia do investimento, 3,8 milhões de euros, destinou-se à medida de Dinamização da Economia e Criação de Emprego, no âmbito da qual foram apoiados 24 projetos. Os restantes sete enquadraram-se na Melhoria da Qualidade de Vida das Populações Rurais.

No contexto da Dinamização da Economia e Criação de Emprego, todos os projetos foram apresentados por empresas ou empresários em

nome individual, que pretendiam iniciar ou reforçar a sua atividade em setores tão diversos como o turismo rural, o turismo náutico, o hipismo, a fabricação de chocalhos, a reciclagem de consumíveis informáticos, a produção de salichas, doces, bolos ou pão.

Os projetos submetidos no âmbito da Melhoria da Qualidade de Vida das Populações Rurais, apresentados por seis entidades do setor social e pela Fundação Eugénio de Almeida, dizem respeito à inventariação do património artístico, ao apoio à infância e aos idosos, ao apoio domiciliário e à eliminação de barreiras arquitetónicas, para facilitar o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.



PROVE distinguido como iniciativa de elevado potencial

O PROVE – Promover e Vender foi distinguido como Iniciativa de Elevado Potencial de Empreendedorismo Social no concelho do Porto. A cerimónia pública em que foi atribuída a distinção decorreu a 16 de março no teatro Rivoli, tendo o PROVE, projeto de cooperação que reúne 16 Grupos de Ação Local

e visa apoiar o escoamento de produtos agrícolas, num sistema de venda direta aos consumidores através de cabazes de hortofrutícolas semanais, sido representado pela ADER-SOUSA.

A iniciativa contou com a participação de Guilhermina Rego, vereadora do Conhecimento e da Coesão Social da

Câmara Municipal do Porto, Raquel Castello-Branco da Fundação Porto Social, entre outras personalidades.

Na ocasião foi atribuído o Selo ES+ Porto a 29 iniciativas de empreendedorismo social, o que representou o culminar de um projeto de investigação promovido pelo IES – Centro de Formação e Investigação

em Empreendedorismo Social, em parceria com a Câmara Municipal do Porto e outras entidades.

No estudo, que decorreu ao longo de mais de um ano, foi aplicada a metodologia de pesquisa ES+, tendo sido inicialmente identificadas 321 iniciativas e realizadas entrevistas a mais de 450 pessoas.

Partindo da necessidade de conhecer e mapear as iniciativas locais inovadoras com potencial para resolverem problemas sociais, o estudo procurou identificar projetos com metodologias possam ser

replicadas noutros contextos e tenham capacidade de produzir impacto social em larga escala.

Os 29 projetos selecionados marcam a diferença pela sua inovação e potencial na quebra dos ciclos de problemas sociais persistentes na sociedade, tratando-se por isso de uma distinção de enorme significado, pois vem conferir uma validação externa ao bom trabalho que numerosos núcleos PROVE espalhados pelo país desenvolvem.

USUS 2012 – Turismo & Inovação

A Conferência Internacional “USUS 2012 – Turismo & Inovação”, que se realizou em Beja de 3 a 5 de maio, e que assinalou o final do período de instalação do Observatório de Turismo do Alentejo, abordou os processos, medidas e produtos inovadores na área do turismo.

Na iniciativa foram também apresentados exemplos de observatórios de turismo de vários países lusófonos e de organizações que se distinguem por iniciativas inovadoras no sector.

Terras de Sicó na Feira de Queijos de Trujillo

A Terras de Sicó esteve presente, entre 28 de abril e 1 de maio, no Pavilhão de Portugal da Feria Nacional del Quejo de Trujillo, o certame deste tipo mais importante de Espanha. O objetivo é promover o Queijo Rabaçal DOP como um dos queijos de excelência produzidos na região centro de Portugal.

Esta participação insere-se no âmbito da divulgação da XXIV Feira do Queijo Rabaçal DOP, que se realizará em Alvaiázere, a 17 de junho, enquadrada na EXPOSICÓ'12.

Mês do Turismo em Vieira do Minho

A SOL DO AVE, em parceria com a Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte e a Câmara Municipal de Vieira do Minho, consagrou maio o Mês do Turismo na região de Vieira do Minho.

Entre muitas atividades, será realizada a 26 de maio uma visita à aldeia de Agra, que integra a rede de Aldeias de Portugal, e a outros projetos apoiados pelo LEADER, reveladores da sua capacidade para promover atividades de diversificação da economia do mundo rural.

Centenário do Turismo prossegue iniciativas

No âmbito das comemorações do Centenário do Turismo em Portugal, que se celebrou em 2011, continuam a ser realizadas iniciativas que assinalam essa comemoração. Turismo e Iniciativa Local, Educação e Turismo Ambientais, Do Património Mundial ao Património Local: Proteger e Gerir a Mudança foram alguns dos temas abordados em seminários, colóquios e conferências que visaram analisar e projectar o desenvolvimento do turismo no nosso país.

www.centenariodoturismo.org

ESDIME promove sustentabilidade ambiental

O Órgão de Gestão do Grupo de Ação Local (GAL) AL SUD ESDIME decidiu enfatizar a vertente da Sustentabilidade Ambiental dos Projetos, definindo diretrizes e orientações, no âmbito do 3.º concurso do LEADER no Alentejo Sudoeste.

O conjunto de recomendações é formado a partir de exemplos práticos, aplicáveis aos projetos empresariais ou associativos, sugerindo procedimentos específicos para a gestão e a diferenciação dos investimentos. O objetivo é oferecer aos promotores uma ajuda para melhor planearem os seus projetos, apostando em soluções com menos desgaste futuro e diminuindo os recursos e energia despendidos.

André Vizinho, engenheiro do ambiente e representante do Centro de Convergência das Amoreiras/GAIA no órgão de gestão do GAL, sublinha que esta medida integra os pilares económico, social e ambiental nos programas de apoio ao investimento sectorial e ao desenvolvimento regional.

Para minimizar impactos ambientais dos projetos, os promotores devem considerar algumas dimensões de sustentabilidade ambiental e respetivas sugestões, válidas tanto para a construção e recuperação de infraestruturas ou equipamentos como para o funcionamento das instalações, os seus fluxos de pessoas, materiais e energia.

Nas recomendações, sugere-se que materiais e matérias-primas sejam locais e que tenham uma melhor relação entre durabilidade e quantidade de energia empregue. Devem procurar aplicar o princípio dos 3R – Reduzir, Reutilizar e Reciclar, procurando produzir menos resíduos e reutilizar os materiais do projeto. Além disso, procura-se diminuir o consumo absoluto de energia, através da utilização de equipamentos eficientes, e aumentar o consumo de energias renováveis.

As deslocações em viatura individual, tanto de trabalhadores como de visitantes do projeto, devem ser minimizadas, favorecendo os transportes públicos ou partilhados. Uma outra dimensão a considerar é a água, procurando sempre que possível capturar a proveniente da chuva, reduzir as necessidades de consumo, reutilizar no local as águas cinzentas e tratar os efluentes dentro do projeto. Em relação aos produtos e serviços, o objetivo é a diminuição do consumo de energia associado à sua utilização. Por fim, no âmbito da gestão e manutenção da biodiversidade, sugere-se que se tente minimizar o impacto do projecto ou mesmo incutir medidas de compensação que ajudem a melhorar a biodiversidade noutros lugares. Um exemplo concreto da inovação na gestão da abordagem LEADER.

LEADER Event 2012 reúne GAL de toda a Europa



Entre 27 e 28 de abril, a Rede Europeia de Desenvolvimento Rural organizou o “LEADER Event 2012”, dedicado às Estratégias Locais de Desenvolvimento e à cooperação LEADER, que teve lugar em Bruxelas. O evento contou com a participação de cerca de 300 Grupos de Ação Local (GAL) representativos dos 27 Estados-Membros da União Europeia, das redes rurais nacionais, bem como de outras organizações relacionadas com o desenvolvimento local no mundo rural. Portugal esteve representado por oito GAL, a Federação MINHA TERRA e a Rede Rural Nacional.

O evento incidiu sobre como melhorar a conceção e implementação das Estratégias Locais de Desenvolvimento dos GAL nos seus territórios de intervenção, a integração da cooperação como uma componente-chave dessas estratégias

e o incentivo a uma nova onda de projetos de cooperação transnacional.

O programa contemplou uma “feira de contactos” sobre cooperação, com o intuito de fomentar o conhecimento entre os GAL e promover a cooperação entre eles, e a realização de dois *workshops* sobre como melhorar a conceção e implementação de Estratégias Locais de Desenvolvimento.

Por toda a Europa, milhares de GAL têm demonstrado que a aplicação das características da abordagem LEADER pode ajudar a encontrar soluções para o desenvolvimento rural – soluções inovadoras e sustentáveis, quer ambiental quer socialmente, e que mobilizam o potencial humano, social, económico e cultural da Europa Rural. Com base nestas conclusões, os participantes no LEADER Event aprovaram uma de-

claração apresentada pela European LEADER Association for Rural Development (ELARD) de apoio à abordagem LEADER.

Entre os aspetos assinalados na declaração, destacam-se o apoio à iniciativa da Comissão Europeia de propor uma abordagem multifundos no próximo período de programação dos fundos comunitários, que revela o reconhecimento do impacto positivo desta metodologia na regeneração das economias estagnadas e no rejuvenescimento das zonas rurais.

A declaração assinala como positivo o facto de o desenvolvimento rural continuar a ser uma área-chave no período de programação 2014-2020, mas alerta para as consequências da proposta da Comissão Europeia que aponta para uma diminuição do orçamento do II Pilar da PAC.

A ELARD defende, por isso, que pelo menos cinco por cento dos fundos para o desenvolvimento rural sejam alocados ao LEADER, de forma a garantir a continuidade da implementação da Abordagem LEADER no próximo quadro de programação, em prol do bem-estar e da sustentabilidade dos territórios rurais.

Feira de empreendedorismo

Entre 22 de junho e 1 de julho, em Évora, o MONTE irá realizar uma iniciativa sobre empreendedorismo, um dos eixos fundamentais da sua intervenção no território. A iniciativa pretende divulgar projetos de apoio ao empreendedorismo, aproximar os empresários de soluções de empreendedorismo inovadoras, proporcionar o contacto com iniciativas de apoio à criação de emprego e transmitir a importância da criação do autoemprego como uma solução para o emprego.

Ciclo de Cinema Arraiolos + Igual

O filme *Precious – Preciosa, Uma História de Esperança*, inaugurou, a 27 de abril, mais uma sessão do Ciclo de Cinema Arraiolos + Igual, promovida pelo MONTE, e inserida no âmbito do Projeto Mirabal – Mulheres 100 Medo. Com vista à promoção da Igualdade de Género e à prevenção da Violência no Namoro e da Violência Doméstica, a iniciativa destinou-se em particular aos jovens do Concelho de Arraiolos, convidados a participar no debate e reflexão sobre as temáticas.

Conferência Anual da AIARD

A AIARD – Associação Internacional para a Agricultura e Desenvolvimento Rural – irá realizar a sua 48.ª Conferência Anual e o Fórum de Futuros Líderes, sob o tema “Prioridades para a Agricultura Inclusiva e o Desenvolvimento Rural”. O evento irá realizar-se de 3 a 6 de junho, em Washington DC.

A conferência contará com apresentações e discussões sobre como fazer os mercados funcionarem para todos os cidadãos, a integração dos serviços públicos e privados, e a nutrição e a agricultura.

Workshop da ELARD nos Open Days

No âmbito dos Open Days 2012, que decorrerão em Bruxelas entre 8 e 10 de outubro, a ELARD irá realizar, um workshop, que terá como tema “A Evolução da Abordagem LEADER ao Longo do Tempo: 20 anos de Desenvolvimento Local Comunitário em prática”, onde se pretende analisar o impacto positivo que os Grupos de Ação Local LEADER têm tido sobre as comunidades rurais ao longo do tempo, e abordando a própria evolução do LEADER nos diferentes períodos de programação de fundos comunitários.

Jornadas “Agricultura, Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento”



Entre 3 e 5 de maio, o Cineteatro São João, em Palmela, foi o palco das Jornadas “Agricultura, Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento”, organizadas pela ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal, Câmara Municipal de Palmela, Universidade Lusófona, Universidade Nova de Lisboa, Instituto Politécnico de Setúbal e Instituto Politécnico de Castelo Branco, e que contou com o Alto Patrocínio do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Nas jornadas, um conjunto alargado de entidades, agentes económicos e investigadores debateram a situação das áreas rurais e periurbanas, elencando os processos em curso e identificando os novos futuros que se desenham

para esses territórios. Com este pano de fundo, foram discutidos temas como: as políticas agrícolas, dinâmicas territoriais e desenvolvimento; sistemas de produção e comercialização; identidades, património e turismo; agricultura e inovação; ensino e formação profissional; e vinho e cultura.

Com uma assistência atenta e participativa, as discussões espelharam o mundo rural na atualidade, a sua multiplicidade de trajetos e funções, apontando para a reflexão sobre as futuras oportunidades de desenvolvimento.

Luís Chaves, da Federação MINHA TERRA, apresentou uma comunicação intitulada “Desafios para o futuro dos territórios rurais”, integrada no painel “Políticas de Desenvolvimento e Territórios Rurais”, em que abordou a

experiência das Associações de Desenvolvimento Local na gestão descentralizada e participada das políticas de desenvolvimento rural através do LEADER, “uma experiência ímpar de abordagem territorial integrada”

Estas jornadas encontravam-se integradas no Fórum Regional da Península de Setúbal “O Vinho e o Mundo Rural”, organizado em parceria com um conjunto de entidades regionais ligadas ao setor e a AMPV – Associação de Municípios Portugueses do Vinho. As conclusões daqui emanadas servirão posteriormente de base de discussão durante o Congresso Nacional “O Vinho e o Mundo Rural”, que se realizará em junho de 2013.

ADDLAP assina 55 contratos de investimento



A ADDLAP – Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva realizou a 4 de maio, no Solar dos Peixotos, em Viseu, a sessão de assinatura de 55 contratos de investimento com promotores locais, no âmbito do Subprograma 3 do PRODER (Abordagem LEADER), cujo investimento ascendeu a cerca de sete milhões de euros, com uma despesa pública superior a quatro milhões de euros.

Neste âmbito, foram apoiados projetos de beneficiários públicos e privados, designadamente: municípios, juntas de freguesia, instituições de solidariedade social, grupos culturais e desportivos, e empresas privadas, nos mais diversos setores.

A realização destes projetos permitirá a concretização dos três objetivos fundamentais que suportam a visão

estratégica da ADDLAP para o seu território: reinventar a economia da “terra” – a agricultura, a agropecuária, fruticultura, vitivinicultura, floresta, onde mais inovação significa mais valor acrescentado e mais riqueza; garantir uma “ruralidade” moderna, atrativa e competitiva, ou seja, um “campo” de oportunidades para quem vive e quem visita; promover a educação e a cultura como base de um novo ciclo, originando um território criativo.

A ADDLAP, terminada esta fase, deverá proceder à abertura de novas candidaturas ainda no decorrer do mês de maio, de modo a canalizar para o território os fundos LEADER ainda disponíveis, criando emprego, desenvolvendo a economia local e melhorando a qualidade de vida da população local.

Empreendedores rurais procuram contrariar a crise

Entrega de contratos LEADER



Apesar da crise, com as consequentes dificuldades no acesso ao crédito e a retração da procura que torna mais difícil o retorno dos investimentos, os promotores de projetos LEADER estão a desenvolver os seus investimentos, contrariando o clima geral de pessimismo.



A Quinta de Alcube, em Azeitão, acolheu a cerimónia de entrega de contratos do 2.º Concurso do Subprograma 3 do PRODER para a Península de Setúbal, no passado dia 10 de abril. A ocasião contou com a participação do Presidente da ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal, António Pombinho, a Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Maria das Dores Meira e a representante do Diretor Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, Elizete Jardim.

Os apoios concedidos serão um importante contributo para o desenvolvimento dos territórios rurais da Península de Setúbal, nomeadamente na promoção dos produtos locais, na diversificação das atividades das explorações agrícolas, no desenvolvimento das ações

de lazer, e na conservação e valorização do património rural. Neste âmbito, a ADREPES, entidade gestora do LEADER no território, aprovou 26 projetos, que representarão um investimento de 3,7 milhões de euros, dando origem a 36 postos de trabalho.

A ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte realizou também uma cerimónia de entrega de contratos LEADER, que teve lugar no Centro de Negócios de Ourém, a 31 de março. O evento integrou-se no programa da Feira de Produtos da Terra, de que a ADIRN é co-organizadora e que visa a dinamização e comercialização dos produtos locais e do artesanato regional.

Foram distribuídos aos beneficiários do território de intervenção da ADIRN 21 contratos de financiamento

das áreas da diversificação de atividades na exploração agrícola, criação e desenvolvimento de microempresas, turismo e lazer, valorização do património rural e serviços básicos para a população rural, num investimento total de 3,2 milhões de euros, dos quais 1,9 correspondem a comparticipação pública.

A 23 de março teve lugar a cerimónia de entrega de contratos do 2.º concurso LEADER da ADER-AL – Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo, que contou com a presença da Gestora do PRODER, Gabriela Ventura. Foram entregues 39 contratos, com uma comparticipação pública de 3,2 milhões de euros, que irão alavancar um investimento total de 5,3 milhões de euros e conduzir à criação de cerca de 90 postos de trabalho,

tendo Gabriela Ventura, na ocasião, assinalado a importância destes números como indicadores do espírito empreendedor dos promotores.

A Gestora do PRODER esteve igualmente na cerimónia de entrega de contratos do 2.º concurso LEADER da CORANE – Associação para o Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina, em que foram aprovados 59 projetos. Na sessão, realizada no Auditório Paulo Quintela, em Bragança, no dia 16 de março, participaram também o Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Jorge Nunes, e o Presidente da CORANE, Artur Nunes, entre outros convidados.

Durante esta cerimónia foi apresentado o “Guia de campo dos cogumelos da Terra Fria”, uma publicação editada pela CORANE no âmbito

do projeto de cooperação transnacional LEADER AMBIEMPLEATE, composta por uma descrição dos diversos grupos de fungos, o seu modo de reprodução e ciclo biológico, e que procura estimular o interesse de curiosos e empreendedores.

A entrega de todos estes contratos é reveladora da dinâmica dos territórios rurais, particularmente significativa nesta altura de crise, com as consequentes dificuldades no acesso ao crédito, a retração da procura que torna mais difícil o retorno dos investimentos e o clima geral de incerteza, que não favorece o empreendedorismo. Mesmo neste cenário, os promotores de projetos LEADER estão ativamente a desenvolver os seus projetos de investimento, contrariando a crise e o clima geral de pessimismo.



Turismo e desenvolvimento rural

Ao longo das últimas décadas, o turismo em Portugal foi-se desenvolvendo de forma continuada, tirando proveito de condições naturais favoráveis, climáticas e paisagísticas, que potenciaram a procura do país como destino turístico por parte de estrangeiros. Aliado a isso, o facto de Portugal ter no passado uma moeda fraca (o escudo), fazia com que as férias neste destino se tornassem baratas para os residentes em países como Inglaterra, Alemanha, França, Espanha, entre outros.

A adesão de Portugal ao euro, em 2002, veio reduzir esta vantagem competitiva, mas persistiram as outras, as condições endógenas, apesar de alguns casos o crescimento urbanístico desordenado as ter comprometido. Em todo o caso, Portugal era já um

dos principais destinos turísticos da Europa, tendo depois disso continuado a desenvolver e a qualificar o setor, o que permitiu o crescimento contínuo da procura por parte de turistas estrangeiros.

Campanhas como “Vá para fora cá dentro” e uma mudança de atitude dos operadores, passaram a valorizar o turista nacional, cuja importância foi vindo a aumentar. Assim, em 2010 o turismo representava já 9,2 por cento do PIB nacional, o que o tornava um dos setores mais importantes da economia.

Contudo, este todo desenvolvimento foi geograficamente desequilibrado, tendo sido realizado quase exclusivamente no litoral. Nas regiões do interior, o desenvolvimento turístico iniciou-se mais tarde e de forma mais tímida.

Apesar de existir no nosso país alguma tradição ligada ao termalismo, e de na década de 1940 terem sido inauguradas as primeiras Pousadas de Portugal, até ao 25 de abril o turismo no interior estava reservado a pouco mais do que alguns, escassos, amantes da natureza.

O desenvolvimento social e económico que se seguiu veio também trazer mudanças no panorama do turismo. Começou a valorizar-se mais o ambiente e a preservação do património, tendo começado a surgir algumas unidades de turismo rural. Em simultâneo, a emergência do poder local fez com que este reivindicasse e trabalhasse em prol do desenvolvimento dos territórios rurais, que necessariamente passaria também pelo turismo.

A criação do LEADER, em 1991, veio potenciar este desenvolvimento que se encontrava já a despontar. A Comissão Europeia havia constatado que era necessário contrabalançar os desequilíbrios sociais e económicos que se estavam a acentuar entre os territórios urbanos e rurais, que não eram resolvidos por uma Política Agrícola Comum exclusivamente centrada na atividade agrícola. Através do LEADER, a Comissão esperava que os territórios rurais desenvolvessem outros sectores e valências além da agricultura, diversificando as suas atividades económicas e melhorando a qualidade de vida das populações rurais.

A experiência foi animadora, o que faz com que volvidos 20 anos não só

O papel das ADL na dinamização

O desenvolvimento do turismo nos territórios rurais tem sido realizado essencialmente por entidades privadas, pessoas e empresas que em determinada altura consideraram o investimento em unidades de alojamento, restauração ou animação turística poderá ser um bom investimento, seja numa avaliação económica seja ao nível da sua vida pessoal.

Apesar disso, o papel das entidades públicas tem sido muito relevante, pois intervêm quer nos mais diversos domínios de licenciamento quer na criação e reabilitação de infraestruturas que podem ser determinantes para o turismo, como estradas e caminhos de ferro, museus, monumentos, parques, etc.

Numa ótica mais global, as entidades públicas são também responsáveis por definir as regras de ordenamento do território e preservação do ambiente, elementos fundamentais na atividade de um território, e por estimular o desenvolvimento dos territórios menos favorecidos (situação em que se encontram geralmente as zonas rurais), de modo a promover a coesão social e territorial.

É nesta perspetiva que em Portugal e no resto da União Europeia são canalizados fundos nacionais e comunitários para os territórios rurais, com o intuito de estimular o seu desenvolvimento. É este o papel do LEADER, gerido de forma descentralizada pelas Associações de Desenvolvimento Local (ADL).

Na concretização desse trabalho de promoção do desenvolvimento integrado dos territórios rurais, as ADL têm identificado o turismo rural como um setor que indutor de um desenvolvimento mais global, afetando positivamente as outras atividades do território. Assim, as Estratégias Locais de Desenvolvimento que as ADL definem para cada território têm incorporado esse setor entre os prioritários, conduzindo depois a ações concretas.

Entre 2009 e 2012, as ADL aprovaram a concessão de apoios LEADER a mais de 500 projetos para desenvolver atividades turísticas e de lazer, que representam um investimento total superior a 85 milhões de euros. A estes somam-se centenas de projetos na área

da restauração e do património natural e edificado, com impactos directos na actividade turística.

Mas a intervenção das ADL nesta matéria não se restringe à aprovação de projetos. Algumas ADL envolveram-se ativamente em projetos de cooperação interterritorial e transnacional para potenciarem o desenvolvimento turístico dos seus territórios. Foi assim estimulado o aparecimento de redes como os Solares de Portugal, as Aldeias Históricas ou as Casas Brancas, entre muitos outros ao nível do alojamento.

Ao nível da animação turística têm também sido desenvolvidos os mais variados projetos, como os Itinerários Equestres, o Qualificar o Turismo



continue a existir o LEADER como a adoção das suas metodologias seja incentivada pela Comissão Europeia. Ao nível do turismo os efeitos foram também muito significativos.

Por um lado, o LEADER veio apoiar, através do cofinanciamento dos projetos, a criação de numerosas unidades, fosse de alojamento, de restauração ou de animação turística, aumentando e qualificando a oferta. Por outro, ao descentralizar o nível de gestão para entidades de natureza local, as Associações de Desenvolvimento Local (ADL), o LEADER estava a criar o germen para que estas realizassem um trabalho de intervenção nos territórios, que ia muito além da gestão burocrática de um fundo comunitário, pois passava pela dinamização

desse território, das suas entidades e populações, mobilizando-o para concretizar as iniciativas conducentes ao desenvolvimento local.

Como resultado, não só foram criadas muitas unidades turísticas como muitas outras foram qualificadas, tendo-se estabelecido também redes de cooperação que permitiram alargar a oferta turística dos territórios, aumentando a sua atratividade, e criar escala na oferta, otimizando os investimentos em promoção e comercialização e tornando possível o acesso a mercados mais vastos.

Apesar de não ser a panaceia que resolve todos os problemas do mundo rural, como por vezes chega a ser apontado, o turismo possui um elevado potencial de desenvolvimento dos territórios, pois o setor possui ligações muito diretas com as restantes atividades económicas.

A criação de alojamento (ou a sua recuperação) dá trabalho às pequenas empresas locais de construção civil, a restauração utiliza muitos produtos locais (o que por vezes é uma das vantagens competitivas dessas unidades), aumentam o reconhecimento e a comercialização das produções artesanais, os trabalhadores qualificam-se... Um sem número de ligações são estabelecidas e, assim, o território vai-se desenvolvendo.

Tendo esses fatores presentes, as ADL têm procurado implementar essas ligações, como uma dimensão importante das respetivas Estratégias Locais de Desenvolvimento. É um trabalho longo, mas os resultados muito positivos impõem que ele seja prosseguido.

do turismo

Ativo ou numerosas rotas: do Fresco, Sem Barreiras, etc.

Entre as muitas rotas criadas, várias dedicam-se a uma área particular: a gastronomia. Com um enorme sucesso, têm sido promovidos itinerários gastronómicos, além de outros eventos e iniciativas que em torno da gastronomia, que atraem muitos turistas e contribuem para o desenvolvimento desse importante setor. Os exemplos são incontáveis – quem não se lembra das Maravilhas da Gastronomia, de numerosas rotas do vinho ou de feiras e festivais de produtos locais, juntando a agricultura, o artesanato e outras atividades com o turismo?

Quando se olha para estas iniciativas de uma forma global compreende-

se que elas não surgem de forma desintegrada. Pelo contrário, em cada território rural existe uma ADL a estabelecer as ligações e articulações entre projetos, com vista a promover o desenvolvimento integrado do território. E sendo o turismo um setor com tantos agentes, é necessário promover as relações entre eles, criar redes de cooperação e organizar a oferta, de modo a tornar o território atrativo para os turistas. O contributo para este trabalho, realizado pelas ADL, pode muitas vezes ter pouca visibilidade pública, mas os seus resultados – a existência de territórios dinâmicos e atrativos – esse sim, tem uma grande repercussão.

O apelo da ruralidade

Apesar de haver muitos portugueses que continuam a não fazer férias fora de casa, em 2010 cerca de quatro milhões (37,4 por cento da população) efetuaram pelo menos uma deslocação em que tenham dormido uma ou mais noites fora do seu local de residência habitual, a esmagadora maioria destas em território nacional.

Isto totalizou mais de sete milhões de deslocações por motivos de férias, a que se somam seis milhões de viagens por visita a familiares e amigos. Curiosamente, porém, e ao contrário do que era tradicional na população portuguesa, essas viagens de férias não se concentraram de forma esmagadora nos meses de verão. Apenas 58 por cento das deslocações efetuadas por portugueses por motivo de férias foram realizadas entre junho e setembro.

Estes dados são reveladores de um novo perfil de consumo de produtos turísticos por parte dos consumidores nacionais. Se até há não muitos anos era habitual os portugueses tirarem “um mês de férias”, para irem para a praia, o mais habitual atualmente é as pessoas repartirem as suas férias por vários períodos.

Assim, apesar de a maioria dos consumidores continuarem a passar parte das férias na praia (que continua a ser onde passam períodos mais prolongados), reservam agora também alguns dias para miniférias na cidade, em Portugal ou no estrangeiro, e turismo em espaço rural.

Esta tendência deriva da confluência de várias razões, entre as quais: as maiores exigências profissionais, num mundo acelerado, que

tornam difícil que muitas pessoas possam ausentar-se do trabalho um mês seguido; o aumento da oferta de turismo em espaço rural (e da sua qualidade); uma maior valorização do ambiente, do património e das tradições culturais.

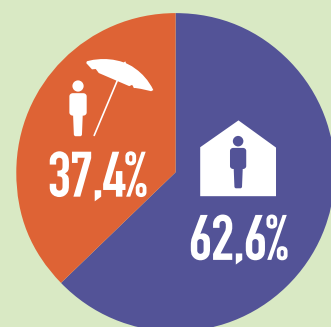
Esta maior valorização do mundo rural resulta de uma mudança sociológica mais profunda, numa sociedade que em poucos anos passou de uma desvalorização de tudo o que era rural (“provinciano”, “salio”, “rústico”, “campónio”, etc., são usados com um claro valor depreciativo), para a valorização das tradições de tudo o que está ligado ao mundo rural (a quantos empreendimentos e condomínios privados construídos dentro das cidades é agora dado o nome de “Quinta de...” para ficarem com mais *glamour*).

A esta valorização não é também alheia uma maior qualificação dos territórios rurais, com uma significativa melhoria das infraestruturas, do alojamento, da oferta gastronómica e de outros produtos locais, e uma preocupação constante em dinamizar as regiões através de uma multiplicidade de atividades de animação turística.

Efetivamente, os consumidores têm acompanhado estas tendências e moldado os seus comportamentos de férias, vinculados às novas necessidades que sentem nos estilos de vida citadinos. E o turismo rural tem evoluído e tem correspondido a esses anseios, oferecendo diversidade com qualidade, e fidelizando cada vez mais os consumidores.

Sabia que...

Em 2010, apenas 4 milhões de portugueses efetuaram pelo menos uma deslocação em que tenham dormido uma ou mais noites fora do seu local de residência habitual?



Fonte: INE

Estratégia nacional para o turismo

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) é um documento estratégico, produzido pelo Turismo de Portugal, que constitui a base de orientação estruturante do setor, permitindo aos agentes públicos e privados alinharem estratégias, compreenderem mutuamente os seus objetivos e definirem ações comuns mais eficazes e coerentes.

Originalmente datado de 2006 e com um horizonte de vigência até 2015, no ano passado foi apresentada uma versão revista, resultado de um estudo realizado em 2010, que já estava previsto na versão original do Plano. O documento de 2006 tinha-se tornado uma referência para os vários agentes do setor, pois criara uma linha diretora comum com a qual o setor se havia identificado.

O PENT de 2011 foi criado com a mesma ambição, mas já num período de menor entusiasmo, em grande parte devido à grave crise que se abateu sobre o setor em 2008 e 2009 como consequência da crise financeira internacional, mas também devido à mudança de ciclo político que já se adivinhava, que poderia fazer com que as medidas preconizadas na estratégia para o turismo fossem rapidamente alteradas por um novo governo.

É certo que o governo mudou em 2011, mas o PENT continua em vigor, apontando as linhas mestras para o desenvolvimento do turismo.

É de assinalar que embora o turismo rural não esteja identificado na seleção dos 10 produtos turísticos considerados estratégicos, a par de produtos como “Sol e Mar” ou o *City Break*, a estratégia nacional para o turismo integra três produtos centrais do mundo rural: o Turismo Cultural e Religioso, o Turismo de Natureza e a Gastronomia e Vinhos.

Os territórios rurais, locais por excelência para o usufruto desses produtos turísticos, possuem hoje uma vasta oferta nestas áreas, mas que importa continuar a estimular e apoiar, para que a oferta se alargue e consolide, e Portugal possa beneficiar das características endógenas únicas que possui.



A qualificação da oferta turística

A oferta turística nos territórios rurais conheceu, ao longo dos últimos anos, uma melhoria significativa. Se em muitos casos mais quantidade não corresponde a mais qualidade, ao nível do turismo em espaço rural verifica-se que o aumento da quantidade e da qualidade da oferta evoluíram em paralelo.

O LEADER teve um papel preponderante, ao apoiar numerosos projetos de qualificação da oferta, nos três componentes proporcionados pelo turismo em espaço rural: alojamento, restauração e atividades de animação turística.

As unidades de Turismo em Espaço Rural aumentaram 42 por cento entre 2002 e 2008, ano em que totalizavam 1.231 unidades. Porém, quando se poderia esperar que isso resultaria numa dispersão de turistas pelas novas unidades, o que se verificou foi que o número médio de dormidas por estabelecimento aumentou muito significativamente (cresceu 137 por cento entre 2000 e 2007). Ou seja, o número de turistas cresceu muito mais do que o de unidades.

Para esta evolução foi fundamental a crescente melhoria da qualidade do turismo em espaço rural, assim como a comunicação dessa qualidade, criando apetência nos consumidores para

Com a legislação atual, é possível criar as seguintes tipologias de alojamento de turismo rural:

- Turismo de Habitação
- Agroturismo
- Casas de Campo
- Hotéis Rurais
- Parques de Campismo Rurais

usufruírem do seu tempo livre nos territórios rurais. Esta qualidade não se prende só com o alojamento, mas com a existência de outros serviços de excelência, como a restauração e a animação turística, assim como com a formação profissional dos recursos humanos.

No que respeita às atividades de animação turística, em 2008 um número assinalável de unidades de turismo em espaço rural disponibilizavam aos seus clientes esses serviços: percursos pedestres (68 por cento das unidades), percursos de bicicleta, jipe ou mota (55 por cento), observação de animais (42 por cento), realização de festas e reuniões (38 por cento), venda de produtos locais (35 por cento), atividades equestres (33 por cento), entre outras.

A integração destas atividades na oferta não pressupõe que sejam as próprias

unidades a prestá-las ou a geri-las. Na maioria dos casos, são serviços oferecidos por outras entidades, públicas ou privadas. Mas o estreitamento das relações entre todos os prestadores de serviços turísticos cria ofertas mais consistentes, para que os turistas sintam vários fatores de atratividade na região: poderão deslocar-se para usufruir da paisagem, ficando confortavelmente hospedados, fazer um passeio de bicicleta, conhecer os monumentos, apreciar a gastronomia regional, etc.

Este último exemplo, a gastronomia, é aliás de grande relevância. A existência de restauração de qualidade, que ofereça os pratos típicos do território é um importante elemento de atratividade de turistas, fiquem ou não alojados em unidades de turismo em espaço rural.

Portugal é um país pequeno e com boas estradas, o que torna possível realizar facilmente a deslocação para visitar uma região, voltando no mesmo dia. E a nossa condição de país latino, com a proximidade relacional característica, faz com que seja habitual ficar em casa de amigos e familiares. Trata-se também de turistas, cuja visita ao território é um importante contributo para a sua dinamização económica e social.



Rotas Sem Barreiras

Turismo acessível, turismo inclusivo

No âmbito da cooperação transnacional LEADER, quatro Associações de Desenvolvimento Local (ADL) uniram-se para implementar um projeto designado “Rotas Sem Barreiras”, que resultou de uma parceria entre Portugal e Espanha: ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste e TERRAS DENTRO – Associação para o Desenvolvimento Integrado, em Portugal, e Cedeco-Tentudía e Aderco, em Espanha.

A iniciativa, que ilustra o trabalho inovador de âmbito económico e social que as ADL realizam, inicia-se com o pressuposto de que o turismo é um bem social que deve ser acessível a todos os cidadãos, nomeadamente aos que apresentam dificuldades motoras ou deficiências, que se confrontam frequentemente com barreiras arquitetónicas, urbanísticas, sociais ou comunicacionais.

Na primeira fase deste projeto, o Rotas Sem Barreiras tornou-se num percurso pelos vários territórios de intervenção das ADL participantes, no Alentejo Central, Baixo Alentejo e nas Comarcas de Olivença e Tentudía. Este percurso favorece a descoberta do património histórico e natural das regiões, nomeadamente a sua riqueza museológica e gastronómica, permitindo a todos os cidadãos, incluindo os que tenham mobilidade reduzida, a visita aos locais de interesse e a estadia em alojamentos acessíveis. Foi também criado um guia do

turismo acessível, que orienta os turistas nesse percurso.

Numa fase mais adiantada do projeto, está já a proceder-se à atualização dos dados deste guia do turismo acessível e à implementação da sua versão eletrónica.

Ao mesmo tempo, estão a ser preparados, e com abertura prevista ainda para este ano, vários espaços museológicos nos territórios, centros de interpretação ou pavilhões temáticos, para serem visitados e usufruídos por cidadãos com limitações sensoriais (visuais ou auditivas).

Foram realizadas diversas ações de sensibilização, dirigidas a técnicos de planeamento, ordenamento, construção e turismo. Ações que também abrangem a população em geral, como a que terá lugar entre 18 de maio e o final de junho, com a apresentação de uma peça de teatro de rua em todos os concelhos dos territórios de intervenção da ESDIME e da TERRAS DENTRO.

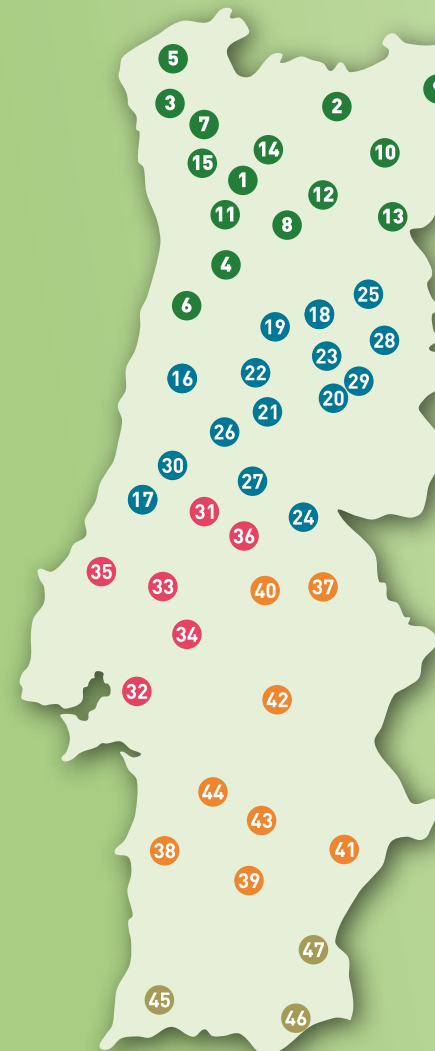
Está previsto para breve o lançamento de um “Manual Técnico de Espaços Acessíveis”, que irá ajudar a explicar, de forma simples e clara, quais os cuidados a ter na construção e adaptação de espaços, para que estes sejam acessíveis a todos os cidadãos. Um passo fundamental não só para a promoção turística do território, mas também para promover a igualdade de oportunidades e a integração social.

ONDE ESTAMOS



As 53 ADL que constituem a Federação MINHA TERRA encontram-se distribuídas por todo o território nacional.

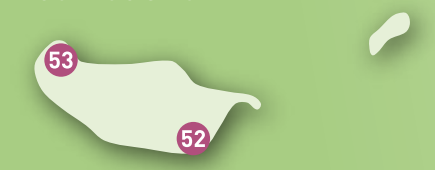
Portugal Continental



Região Autónoma dos Açores



Região Autónoma da Madeira



- 01 ADER-SOUSA**
www.adersousa.pt
- 02 AD RAT**
www.adrat.pt
- 03 AD RIL**
www.adril.pt
- 04 AD RIMAG**
www.adrimag.com.pt
- 05 AD RIMINHO**
www.adriminho.pt
- 06 AD RITEM**
www.adriem.pt
- 07 ATAHCA**
www.atahca.pt
- 08 BEIRA DOURO**
www.beiradouro.pt
- 09 CORANE**
www.corane.pt
- 10 DESTIQUE**
www.destique.pt
- 11 DOLMEN**
www.dolmen.pt
- 12 DOURO HISTÓRICO**
www.dourohistorico.pt
- 13 DOURO SUPERIOR**
www.dourosuperior.pt
- 14 PROBASTO**
www.probasto.pt
- 15 SOL DO AVE**
www.soldoave.pt
- 16 AD ELO**
www.adelo.pt
- 17 ADAE**
www.adae.pt
- 18 ADD**
www.add.pt
- 19 ADDLAP**
www.addlap.pt
- 20 ADERES**
www.aderes.com.pt
- 21 ADIBER**
www.adiber.pt
- 22 ADICES**
www.adices.pt
- 23 AD RUSE**
www.adruse.pt
- 24 AD RACES**
www.adraces.pt
- 25 RAIA HISTÓRICA**
www.raiahistorica.pt
- 26 DUECEIRA**
www.dueceira.pt
- 27 PINHAL MAIOR**
www.pinhalmajor.pt
- 28 PRÓ-RAIA**
www.pro-raia.pt
- 29 RUDE**
www.rude.pt
- 30 TERRAS DE SICÓ**
www.terrasdesico.pt
- 31 ADIRN**
www.adirn.pt
- 32 ADREPES**
www.adrepes.pt
- 33 APRODER**
www.aproder.pt
- 34 CHARNECA**
www.charnecaribatejana.pt
- 35 LEADER OESTE**
www.leader oeste.pt
- 36 TAGUS**
www.tagus-ri.pt
- 37 ADER-AL**
www.ader-al.pt
- 38 ADL**
www.adl.litoralalentejano.pt
- 39 ESDIME**
www.esdime.pt
- 40 LEADERSOR**
www.leadersor.pt
- 41 ROTA DO GUADIANA**
www.rotaguadiana.org
- 42 MONTE-ACE**
www.monte-ace.pt
- 43 ALENTEJO XXI**
www.alentejoxxi.pt
- 44 TERRAS DENTRO**
www.terrasdentro.pt
- 45 VICENTINA**
www.vicentina.org
- 46 IN-LOCO**
www.in-loco.pt
- 47 TERRAS DO BAIXO GUADIANA**
www.atbaicoguadiana.pt
- 48 ADELIACOR**
www.adeliacor.org
- 49 ARDE**
www.arde.pt
- 50 ASDEPR**
www.asdepr.com.pt
- 51 GRATER**
www.grater.pt
- 52 ACAPORAMA**
www.acaporama.org
- 53 AD RAMA**
www.adrama.org

Frederico Costa formou-se na Escola de Hotelaria e Turismo do Porto, pós-graduado pelo Centro Internacional de Glion e mestre pela Universidade de Bournemouth. Foi vice-presidente do Instituto do Turismo de Portugal entre 2007 e 2010 e diretor de marketing e vendas das Pousadas de Portugal entre 2004 e 2005, tendo um ano antes desempenhado funções como diretor de promoção turística do antigo Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP) e sido delegado dessa mesma entidade em Nova Iorque entre 1998 e 2003. Em 2003, durante o Governo de Durão Barroso, foi representante do Ministério da Economia na Comissão Estratégica dos Oceanos e na Comissão Interministerial para as Comunidades Portuguesas. Preside ao Instituto do Turismo de Portugal desde o final de 2011.



Dinamismo do setor da promoção interna

Porque é que o turismo é um setor estratégico para o nosso país?

Desde logo porque representa 10% do PIB, 45 por cento das exportações de serviços e mais de 9 por cento da criação de emprego. Apesar da crise, a que o setor, evidentemente, não é insensível, o turismo tem vindo a reforçar o seu peso na economia nacional. Recordo que o turismo é hoje o maior setor exportador e que, segundo o Banco de Portugal, as receitas provenientes dos turistas estrangeiros ultrapassaram em 2011 os 8 mil milhões de euros. Os números falam por si.

Assumiu a Presidência do Turismo de Portugal numa altura de crise,

“O Turismo é um dos setores mais dinâmicos, ágeis e com capacidade de adaptação às circunstâncias no quadro da economia nacional.”

que está a afetar fortemente o setor do turismo. O setor vai recuperar?

Estou certo que o setor vai recuperar e que as dificuldades criadas pela grave crise europeia e mundial vão ser

ultrapassadas. Os resultados do turismo em 2011 provam o dinamismo do setor. Diria mais: esses resultados mostram que o turismo é um dos setores mais dinâmicos, ágeis e com capacidade de adaptação às circunstâncias no quadro da economia nacional. E esse mérito deve ser creditado aos empresários e agentes turísticos, que têm mostrado uma grande versatilidade no quadro da crise internacional. É, por isso, que as grandes apostas do Turismo de Portugal para este ano de 2012 são o apoio aos empresários e a promoção externa. É fundamental estar próximo das empresas, perceber os seus problemas e ajudá-las a vencer as dificuldades decorrentes da conjuntura. Mas é

também necessário ajudá-las a captar fluxos turísticos estrangeiros. Por outro lado, é absolutamente imprescindível concentrar os nossos esforços na promoção do Destino Portugal. Como disse a Secretária de Estado do Turismo, a prioridade é “vender”.

Uma das vulnerabilidades que costuma ser apontada ao setor é a sazonalidade. Como combatê-la?

É verdade que o combate à sazonalidade é um dos maiores desafios do setor. E é por isso que a estratégia do Turismo de Portugal, enquanto Autoridade Turística Nacional, está orientada por princípios e medidas de redução da sazonalidade. Como? Diversificando



Fotos: Luís Faustino

reforça importância cional

mercados, políticas de produtos e estimulando a procura na época baixa. Portugal deixou de ser um país apenas de “sol e mar”. Hoje temos 10 produtos turísticos estratégicos, nos quais se incluem o golfe, o turismo cultural, a gastronomia, o turismo náutico e o turismo de saúde e bem estar. Mas estamos também a impulsionar áreas estratégicas como o turismo religioso e de natureza. O importante é que cada região potencie o que tem de melhor. Mas não é apenas a diversificação dos produtos estratégicos que é fundamental. É também a complementaridade entre os diferentes produtos. O turista que tem como motivação o golfe, apreciará certamente a boa gastronomia. O

“Não é apenas a diversificação dos produtos estratégicos que é fundamental. É também a complementaridade.”

turista que optou pelas praias portuguesas gostará certamente de visitar os monumentos nacionais. É fundamental que se aposte naquilo que temos de melhor e mais genuíno e, ao mesmo tempo, aproveitemos aquilo que já é turisticamente mais relevante.

O turismo rural é apontado por vários especialistas como uma das áreas com maior potencial de desenvolvimento, a que acresce não estar tão exposto ao efeito da sazonalidade. Porém, o Plano Estratégico Nacional do Turismo não parece valorizá-lo. Vale a pena apostar no turismo rural?

O Turismo de Portugal está a colaborar, a nível técnico, no estudo sobre a internacionalização do turismo rural, um projeto da responsabilidade do Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP) e Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, apoiado

ao abrigo do Programa para a Rede Rural Nacional e que estará concluído no primeiro semestre de 2012. O estudo irá definir os modelos de desenvolvimento (regional) e de negócio (empresarial) do turismo rural a implementar no terreno.

Desta forma, o turismo rural ficará dotado de instrumentos que possibilitem aumentar a rentabilidade da atividade turística no meio rural e o seu crescimento de forma atrativa e competitiva, de capacidade para corresponder às tendências da procura e para apresentar um conjunto de propostas concretas de consumo que permitam explorar da melhor forma as oportunidades de mercado.

O estudo irá identificar e caracterizar o mercado que viaja para o estrangeiro para fazer férias em meio rural, analisar o posicionamento competitivo de Portugal face a ofertas concorrentes, assim como identificar os respetivos *gaps*.

O objetivo é propor um modelo de desenvolvimento e de negócio que entre em linha de conta com as características e prioridades da respetiva implantação regional, e o perfil e os padrões de comportamento dos seus potenciais consumidores

Tratando-se, na maioria dos casos, de pequenas unidades independentes, como podem elas concorrer num mercado turístico internacional fortemente competitivo?

A abordagem tem de ser feita numa ótica de desenvolvimento da oferta distintiva dos destinos, sustentada na genuinidade e autenticidade dos locais e na qualidade dos serviços prestados. Por outro lado, é necessário assegurar alguma massa crítica relativamente à diversidade dos serviços disponíveis – alojamento e atividades – e profissionalismo na forma de organizar os “pacotes” turísticos, a promoção e comercialização. Tem que se apostar no desenvolvimento de parcerias regionais e na capacitação técnica dos agentes.

Por vezes, olha-se para o turismo apenas na ótica do alojamento. É preciso desenvolver a oferta de outras atividades turísticas no mundo rural?

As motivações para a viagem turística não assentam nas tipologias de alojamento, apesar de serem um fator relevante na formatação da viagem, mas

“A procura da autenticidade e a preocupação com a sustentabilidade são características do atual turista, pelo que as entidades públicas e os agentes privados deverão atuar no sentido de poder responder a esse perfil.”

assentam, sobretudo, nas experiências que os destinos podem proporcionar. O mundo rural é particularmente importante para as motivações associadas ao *touring* paisagístico, ao turismo de natureza (por exemplo, para os passeios a pé e de bicicleta, os passeios a cavalo, a observação de aves) e à descoberta da gastronomia e dos vinhos.

Os turistas procuram regiões que mantêm as suas características típicas, seja em termos ambientais, patrimoniais ou culturais. Que oportunidades e ameaças apresentam os territórios rurais portugueses?

Portugal é percecionado pelos turistas estrangeiros como um destino não massificado, pelo que é muito importante conseguirmos manter essa imagem e transformá-la em oportunidade para o posicionamento competitivo do país. Por outro lado, a procura da autenticidade e a preocupação com a sustentabilidade são características do atual turista, pelo que as entidades públicas e os agentes privados deverão



atuar no sentido de poder responder a esse perfil.

Que mudanças produz a implantação de unidades turísticas nos territórios rurais? Há benefícios sociais ou económicos para o resto da comunidade?

Sendo a atividade turística uma atividade económica, geradora de emprego e receitas, o seu desenvolvimento em territórios rurais traduzir-se-á em benefícios para esses territórios. Por outro lado, a atividade turística também proporciona outras dinâmicas associadas a outras atividades locais, nomeadamente, fornecimento de produtos, comércio local, eventos regionais, etc.

Ficou famosa a campanha “Vá para fora, cá dentro”, que incentivava os portugueses a fazerem turismo no nosso país. Quais os resultados desta campanha? Será para repetir?

A campanha interna “Vá Para Fora Cá Dentro” foi de facto muito forte, e ainda hoje é recordada. Até 2010 o

turismo interno tem evoluído positivamente, para o que, estou certo, têm contribuído este tipo de campanhas. Estas são sempre importantes precisamente para fomentar as férias e os fins de semana prolongados em Portugal. Na atual conjuntura têm ainda o desígnio de motivar os portugueses a consumirem o “produto” nacional, contribuindo dessa forma para ajudar as empresas nacionais a recuperar da difícil situação em que se encontram.

O que deveria ser feito para potenciar o desenvolvimento do turismo nas zonas rurais?

Esperamos que a divulgação dos resultados do estudo contribua para a mobilização dos agentes turísticos que pretendem desenvolver a sua atividade em territórios rurais e consequentemente, para o desenvolvimento turístico dos mesmos.



O LEADER e o turismo rural

O Desenvolvimento Rural começou por ver no turismo o paradigma, quiçá a alternativa à produção agrícola, mas depressa se reconheceu que o turismo representa uma complementaridade, apesar de em certos casos se ter tornado na principal fonte de rendimento no âmbito da atividade rural.

Em Portugal, no início da década de 1980, é criado o Turismo de Habitação (TH), que foi o primeiro passo envolvendo imóveis privados de interesse arquitetónico com o objetivo da sua utilização para alojamento turístico. Depois seguiram-se o Turismo Rural, Agroturismo, Turismo de Aldeia e os Hotéis Rurais, que foram sucessivamente apoiados por iniciativa da tutela do turismo e por parte do programa LEADER, que reconheceu no turismo uma forte alavanca para o desenvolvimento rural, incluindo aqui animação

turística, gastronomia, artesanato e produtos locais.

O exemplo lançado no Vale do Lima na criação da animação turística para o aumento das taxas de ocupação existente, a partir da maior bolsa de oferta do TH nascida de uma experiência-piloto em Ponte de Lima, levou ao apoio na construção de um campo de golfe e de um centro hípico, onde pela primeira vez em Portugal se realizaram as corridas de cavalo a galope.

Projetos inovadores e arrojados que encarnaram o espírito do Programa LEADER e deram a conhecer as potencialidades do mundo rural.

O Golfe de Ponte de Lima afirmou-se como um projeto de grande alcance captando para a região investimento nacional e estrangeiro e novas competências e a cultura pelo cavalo acabou por dar a origem à Feira do Cavalo em

Ponte de Lima, que hoje representa um *ex libris* da atratividade para a região e um programa ambicioso para o turismo equestre a nível nacional, nascido num estudo recentemente elaborado pela TURIHAB – Associação do Turismo de Habitação, em cooperação com o Turismo de Portugal e o Turismo do Porto e Norte.

O Turismo de Habitação inspirou, pelo seu exemplo na recuperação de património rústico e rural, sendo lançado um projeto de intervenção nas aldeias de montanha que conduziu a uma nova modalidade de turismo – o Turismo de Aldeia. Um conceito inovador envolvendo as populações rurais, combatendo a desertificação e o êxodo rural, criando emprego, recuperando património, incentivando ao artesanato e produtos locais, melhorando a qualidade

ambiental e, consequentemente, a qualidade de vida.

Interessante foi o igualmente projetar estas iniciativas como redes nacionais e transnacionais por forma a promover os produtos relacionados, como é o caso das marcas Solares de Portugal e Aldeias de Portugal, os quais estiveram na origem das redes da Europa das Tradições e Aldeias de Tradição que representam parceiros com as mesmas características envolvendo vários países da União Europeia, com especial relevo para uma cooperação transfronteiriça com a vizinha Galiza.

A criação de redes representa a consolidação dos produtos, contribuindo para a sua autosustentabilidade, sobretudo quando estão em causa territórios de baixa densidade com forte componente de base rural. Acabam por se transformar em ícones, aproveitando recursos endógenos únicos que só por si são um fortíssimo contributo para a identidade desse território.

Foi agregando territórios como o Vale do Minho, o Vale do Lima, o Vale do Cávado, o Vale do Ave e Terras de Basto que foi possível articular um programa PROVERE com a criação de um Consórcio Minho IN do qual fazem parte os 24 municípios do Minho, representados pelas respetivas Comunidades Intermunicipais Alto Minho, Cávado e Ave. Desenvolveram uma estratégia de eficiência coletiva

acabando por ser na prática a aplicação do Programa LEADER a um território mais vasto, onde o turismo representa a componente mais forte na dinâmica deste território, aliando o investimento público e o investimento privado numa parceria inovadora, maximizando todos os recursos financeiros e protagonizando uma articulação entre o conceito do desenvolvimento regional e o desenvolvimento rural.

Outro exemplo foi a criação da ATA – Associação do Turismo de Aldeia, que envolve toda a Região Norte de Portugal, representada pelas 15 Associações de Desenvolvimento Local gestoras do LEADER e que desenvolve um projeto ambicioso no âmbito da cooperação territorial, tendo com a TURIHAB formado a CENTER – Central Nacional do Turismo no Espaço Rural, que se responsabiliza pela promoção e comercialização.

No entanto, o sucesso destas iniciativas passa inexoravelmente pelo forte envolvimento dos promotores do projeto e pela identificação clara das iniciativas emergentes, as quais têm uma importante atuação das Associações de Desenvolvimento Local, que têm protagonizado o mais bem sucedido programa de intervenção que a União Europeia lançou nos territórios rurais – o Programa LEADER.

Sem dúvida que podemos afirmar claramente que o Programa LEADER mudou o mundo rural, financiando projetos decisivos para o desenvolvimento rural, onde o turismo tem representado a componente com maior relevância e contributo para o seu dinamismo.



Francisco Calheiros
Presidente da ADRIIL – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima.

PROTAGONISTAS DA ÁREA DO TURISMO RURAL

- 1 Como avalia a evolução do turismo nos territórios rurais ao longo dos últimos anos?
- 2 Qual o contributo do turismo na resolução dos problemas?
- 3 Que ações se deverão realizar?



Jorge Rodrigues

1 Parece-me que houve uma evolução muito positiva. Por um lado, cada vez mais as pessoas valorizam o contato com a natureza, o turismo cultural, as experiências que podem viver no mundo rural e, de facto, as pessoas começaram a dividir os seus períodos de férias. O conceito tradicional de um mês na praia foi esquecido. Hoje em dia as pessoas têm dois, três ou até quatro períodos distintos de férias, e pelo menos um deles é dedicado à montanha, ao campo ou à natureza. Verificou-se, portanto, uma alteração do comportamento do consumidor. Por outro lado, a oferta também aumentou, quer em quantidade quer em qualidade. Assistiu-se a um aumento de camas em espaço rural e ao aparecimento de muitas empresas de animação turística, permitindo aos turistas usufruírem de experiências diferentes.

2 O turismo é uma das componentes mais importantes para o desenvolvimento rural, mais nuns territórios do que noutros, pois permite diversificar as atividades económicas tradicionais. É um contributo importante para o emprego, criando um tecido de microempresas, mobilizando a qualificação dos recursos humanos e a qualificação das estruturas, quer públicas quer privadas. E cria um ambiente de querer receber bem, que é um bem social e está também implícito na melhoria da qualidade de vida.

3 Penso que o caminho é a dinamização das parcerias e do trabalho em rede. Temos um tecido de pequenas empresas frágeis, que têm de se unir e conseguir trabalhar em rede. Até porque tem de se procurar os mercados externos, eventualmente

um público-alvo do norte da Europa ou de outros mercados turísticos emergentes, e cada empresa sozinha terá dificuldade. Portanto, o trabalho em parceria será fundamental. Por outro lado, temos que rever as ações públicas de promoção. Tradicionalmente há uma aposta muito grande no turismo de Lisboa, Algarve, do sol e praia. Claro que também é importante, isso não está em causa. Mas também deve ser dada alguma atenção ao turismo que é desfrutado no espaço rural, pelo que a política oficial de promoção também tem de se direcionar para aí. Finalmente, é necessário investir numa qualificação continuada dos recursos humanos e dos próprios produtos turísticos a apresentar, adequados a cada mercado alvo, integrando-os numa estratégia de desenvolvimento do território que promova a sustentabilidade do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida do mundo rural.

Jorge Rodrigues, licenciado em Engenharia Agronómica, é há 18 anos coordenador da ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte.



Ana Paula Xavier

1 Faço uma avaliação positiva, havendo evidentemente aspetos que temos de melhorar. O turismo tem assumido um papel fundamental no crescimento económico, com uma importante dinâmica nas zonas rurais, na vertente económica, social e cultural. E tem permitido criar pequenos núcleos rurais dinâmicos que vão contrariando a tendência de desertificação. É um setor que está presente em todas as Estratégias Locais de Desenvolvimento [dos Grupos de Acção Local], sendo mesmo uma das vertentes fundamentais.

2 Existem várias vertentes. Uma delas é a patrimonial pois é por intermédio da criação de uma atividade turística que tem sido possível a recuperação de edifícios com características rurais, com grande valor arquitectónico e cultural. Muitas pessoas que têm essas casas, se não fosse a possibilidade de criar uma atividade económica em torno do turismo, não tinham a possibilidade ter este património recuperado. Se dentro de uma pequena aldeia existir uma intervenção a nível patrimonial com o objetivo do desenvolvimento turístico, o seu impacto é grande. Por isso, esta vertente de valorização do património é fundamental. A segunda vertente é a criação de emprego. Ainda que seja difícil uma casa de alojamento turístico conseguir isoladamente a criação efetiva de um posto de trabalho a tempo inteiro, se estas casas de alojamento turístico que estão a ser criadas e apoiadas conseguirem criar meio, um ou dois postos de trabalho, o seu impacto em termos nacionais não será elevado, mas em termos locais é muito grande. Outra vertente fundamental é a social, por criar vida nas zonas rurais. Isto são aspetos que não são facilmente

mensuráveis, mas conseguimos em termos qualitativos avaliar e ver o impacto do antes e do depois de haver alojamento turístico numa determinada aldeia. Finalmente, é preciso considerar que o turismo está ligado a uma série de atividades que vão surgindo à volta deste setor, nomeadamente a pequena agro-indústria, as compotas, o mel, o vinho, o fumeiro, etc., além da própria animação turística.

3 Há um esforço muito grande a realizar, mesmo em termos nacionais, porque o turismo envolve muitas entidades, que têm de se coordenar. Porque o perfil do turista já não é o que era há uns anos atrás: já não passa 15 dias no mesmo sítio, procura ele próprio o serviço e não utiliza nenhum intermediário. É necessário refletir sobre esta nova realidade e definir uma estratégia conjunta em cada território para alcançar o que queremos para o turismo. Temos de conseguir organizar a oferta e articular esforços de promoção, organização e até mesmo ao nível da própria gestão de alguns empreendimentos. Quando falamos de pequenas aldeias com uma série de pessoas que têm alojamento turístico, que vendem a sua casa de uma forma individual, o grande desafio que temos para o próximo quadro passa por organizar a oferta de forma articulada e integrada.

Ana Paula Xavier é licenciada em Ciências Agrárias e é atualmente coordenadora técnica da ADRIMINHO – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho.

RESPONDEM A TRÊS QUESTÕES FUNDAMENTAIS

no mundo rural?

no futuro para que o turismo contribua para um desenvolvimento rural integrado?



Manuel Villas-Boas

1 Avalio de forma positiva, mas acho que devia haver mais dinâmica, mais informação. E todo este processo, todas as candidaturas a que nos propomos para criar esse tal espaço rural com dinâmica, deveria ser mais ágil. Porque eu acho que se poderia fazer muito mais se houvesse mais transparência e se houvesse maior controlo. Penso que isto nos últimos anos tem evoluído, tem melhorado. Porém, considero que se houvesse mais controlo e exigência, com pessoas adequadas, poderíamos ter feito o que fizemos até agora com outra qualidade. Mas, mesmo assim, acho que se olharmos para há dez ou quinze anos, estamos agora muito melhor.

2 O contributo é grande, mas não resolve os problemas do mundo rural. Há um atrativo muito interessante, porque as pessoas ficam a conhecer exatamente as atividades do povo, a cultura, a região, a arquitectura. Vai criar postos de trabalho e aumentar os conhecimentos tanto dos turistas como das populações locais. O enoturismo, por exemplo, sendo de qualidade, faz com que as pessoas que estão à volta da estrutura se tornem mais conhecedoras, mais entendidas, no sector. E isto é muito interessante porque concretiza a junção das pessoas que já gostam de fazer turismo em espaço rural com o conhecimento da vitivinicultura.

3 É exatamente isso, tem de ser tudo integrado. Eu acho que a grande falha que existe é que não existe uma comunicação integrada, não existe uma estratégia integrada, nada é integrado. Pelo menos, até aos dias de hoje, ela não tem existido. É tudo um bocado cada qual por si. Tem de ser tudo integrado, haver

uma estratégia integrada, senão não funciona. No fundo, deve haver uma linha que defina uma orientação, e as pessoas poderão seguir essa linha, pois corresponderá a uma estratégia integrada.

Manuel Villas-Boas é sócio-gerente da Quinta do Morgadio, apoiada pelo LEADER.



Maria Celina de Lemos Godinho

1 Gostava de enquadrar “de que falamos” para que alguma coisa faça sentido: Os territórios rurais na sua quase totalidade – à parte algumas muito más exceções – sofreram uma extraordinária evolução em quase todos os seus domínios, fruto do empenho de tanta gente que sente o mundo rural como uma parte de si mesmo. Sei que grande parte dessa dedicação e empenho tinha, e tem, subjacente, a sua utilização pelo turismo, mesmo quando os primeiros destinatários devam ser os cidadãos de cada lugar. Nesta perspectiva, o desenvolvimento dos territórios exerce alguma atração sobre o turismo, mas isso não chega para podermos falar de “evolução turística”. É preciso agregar produtos, territórios, pessoas, entidades, interesses legítimos de modo a atingir a escala necessária que permita aceder aos mercados. Nessa perspectiva, “do que foi”, a realidade é aterradora e não há, não havia razão, para ter sido assim. Estamos mal, pessimamente, em todos os indicadores e vamos ter que recuperar. Chegámos ao fim da linha.

2 Não sei... Todo... Tudo... E essa é a parte que mais dói. O contributo está na medida da ambição que tivermos, das vontades que conseguirmos juntar, das políticas e estratégias de longo prazo que conseguirmos formular. Não há, não conheço, nenhum país que tenha tanto em tão pouco espaço e que beneficie de condições materiais e imateriais tão favoráveis como o nosso, mesmo como alavanca do desenvolvimento do território! Por isso estamos de acordo em partilhar, integrar, o conceito de verticalização do setor primário, numa grande casa comum transportando a imagem de um mundo rural moderno e pujante,

muito cioso dos seus usos, costumes e valores, guardião da sua própria identidade. É aí que está a nossa riqueza, é isso que o turista procura, cada vez em maior escala.

E afinal não custa nada... O turismo tem vindo ao setor primário buscar o melhor para seu uso legítimo. Em múltiplos setores, cada vez em maior escala. As rotas dos vinhos, por exemplo, estão nessa escala. Em Eger, na Hungria, encontrei há alguns anos a cópia do nosso modelo de “rotas dos vinhos”. Contou-me o presidente da Federação Húngara que, ele mesmo, tinha andado por cá a “copiar”.

3 O turista não fará o nosso trabalho. Haveremos de merecer o contributo do turista. Até lá ou fazemos nós ou ninguém faz. E chega de falar de dinheiro! Precisamos de nos organizar melhor, para melhor aproveitarmos os recursos, incluindo os financeiros. Depois logo se vê! Como disse recentemente o engenheiro Paulo Castro numa sessão promovida pela ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira, em S. Pedro do Sul, “o que nos falta é organizarmo-nos para, com o excelente que temos, sabermos criar o produto”. É esta a questão central. Se alguém acha que o faz sozinho... Se alguém acha que está dispensado – sociedade civil, poder local ou poder central – que se desengane. Separados, teremos capacidade para destruir mas incapazes de construir alguma coisa, além de simples floreados, como tem acontecido até aqui.

Maria Celina de Lemos Godinho é Presidente da Privetur – Associação Portuguesa de Turismo no Espaço Rural.



O turismo rural e o desenvolvimento dos territórios

O turismo rural pode contribuir para a revitalização económica e social das zonas rurais pelo seu papel sinérgico no desenvolvimento de diferentes recursos e atividades que satisfazem a procura turística.

Espaço, pessoas e produtos são os elementos chave do turismo rural.

“...*espaço* sem pessoas não pode ser portador de convivialidade, um espaço sem produtos não pode responder a todas as expectativas dos turistas enquanto consumidores...”

“...*pessoas* sem espaço nem produtos têm pouca capacidade de acolhimento turístico...”

“...*produtos* que não são ancorados nem no espaço nem nas pessoas terão uma vida

efémera não podendo gerar o desenvolvimento local...”¹

O desenvolvimento turístico de um território deve apoiar-se na utilização, para fins turísticos, dos recursos naturais e culturais que conferem identidade e singularidade a um território, concretizar-se através de produtos turísticos que respondam às expectativas dos turistas, contando com a participação ativa da população local na preservação e dinamização desses recursos e no acolhimento aos turistas.

Embora os recursos naturais e culturais constituam os principais atrativos de um território e a base das suas vantagens comparativas, é a forma como estes recursos são incorporados em produtos turísticos qualificados, satisfazendo as necessidades dos turistas

em alojamento, restauração, atividades e experiências culturais e de animação, conjugada com a existência de infraestruturas turísticas (serviços de apoio, acessibilidades, informação turística, etc.) que permitem que esse território ganhe vantagens competitivas e se afirme como um destino turístico sustentável.

A nível da União Europeia (UE), o turismo rural é considerado um setor estratégico no desenvolvimento das zonas rurais, na medida em que “diferentes sistemas agrícolas produzem muitos e variados tipos de paisagem e contribuem para desenvolver com sucesso o potencial natural das regiões rurais da UE. Isto é fundamental para a atratividade de um território e, em combinação com os produtos alimentares locais, constituem

parte da sua identidade. Estes elementos são igualmente um factor importante no valor turístico de uma região e nas amenidades que esta oferece aos centros urbanos vizinhos.”²

O turismo rural representa, hoje em dia, cerca de um quarto da capacidade total de alojamento e registou, na última década, um crescimento médio anual muito superior ao observado para o turismo europeu em geral.³

França, Alemanha e o Reino Unido representam cerca de 60 por cento da oferta total, que, conjuntamente com a Áustria e Itália, detêm alguns dos principais destinos de excelência em turismo rural.

Portugal registou uma tendência idêntica, tanto no que se refere ao aumento do alojamento no espaço rural, como

na valorização dos recursos locais com potencial turístico (qualificação dos produtos locais, recuperação do património edificado, musealização do património rural, criação de parques naturais e zonas de proteção ambiental, criação de infraestruturas e atividades de animação turística, realização de eventos gastronómicos e culturais, etc.).

Esta dinâmica foi apoiada pelas políticas públicas de desenvolvimento territorial e rural, nomeadamente pelas medidas enquadradas nos Programas de Iniciativa Comunitária (PIC) LEADER e nos Programas de Desenvolvimento Rural.

O PIC LEADER foi, desde o seu início, um instrumento importante na criação da oferta turística das zonas rurais da UE, ao apostar no turismo rural e cultural como elemento



Foto: Andrew Bowen

de ligação do desenvolvimento dos diferentes setores, ao identificar e valorizar todos os recursos locais (produtos locais, bens ambientais e culturais, recursos humanos), ao criar redes materiais e imateriais de cooperação entre os intervenientes no desenvolvimento local e ao melhorar as infraestruturas e os serviços de apoio que servem a atividade turística.

Em Portugal, referenciase a intervenção de alguns Grupos de Ação Local, entre os quais é de referir a ADRIL, ADIRN e ADL que, de uma forma estratégica e continuada, têm promovido o desenvolvimento dos respetivos territórios alavancado pelo setor do turismo. Os dois primeiros têm tido também um papel ativo na criação de estruturas e redes de organização e qualificação do turismo rural.

Apesar do crescimento atrás referido, o turismo rural representa apenas cerca de 1 por cento do setor turístico nacional e apresenta algumas fragilidades assinaladas no estudo promovido pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) em 2008⁴: oferta atomizada, maioritariamente centrada na oferta de alojamento e com fraca articulação entre as várias atividades que compõem o produto turístico; baixos níveis de empresarialidade que se refletem na fraca visão estratégica e de comuni-

cação com o mercado; falta de marcas e imagens fortes associadas a produtos e destinos turísticos; inexistência de um sistema nacional de qualificação da oferta e pouca adesão a normas de qualidade valorizadas pelo mercado internacional.

Para ultrapassar estas fragilidades, o referido estudo apresenta um conjunto de propostas de atuação que se mantêm válidas:

- “Aprofundamento do triângulo de negócio característico da economia do turismo (alojamento, restauração, experiências) o que pressupõe acrescentar às lógicas de estrita venda de camas e refeições, a venda de serviços e atividades e programas;
- Qualificação das unidades de Turismo no Espaço Rural/Turismo de Natureza nas mais diversas dimensões (alojamento e restauração; oferta de serviços e atividades relacionadas; qualidade do serviço e profissionalismo; valorização de identidades territoriais e patrimoniais...), atribuindo maior relevância à certificação da qualidade e transformando-a gradualmente como referência padrão para o exercício da atividade;
- Criação de novos instrumentos de governança valorizando a dimensão meso (territorial e setorial) e respondendo à necessidade de estimular as melhores formas de organização económica na relação com o mercado, especialmente com os segmentos de maior dinâmica das procuras com capacidade aquisitiva.” (p.46)

A abordagem do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE), assente no desenvolvimento do território numa perspetiva mais focada e integradora da valorização de recursos e atividades, planeados e executados por parcerias representativas dos agentes do território, pode constituir um modelo a seguir no turismo rural, permitindo desenvolver o tipo de atuações acima recomendadas.

Do mesmo modo, as orientações da proposta de Regulamento (UE) dos Fundos QEC (Quadro Estratégico Comum)⁵,

no sentido de facilitar a implementação de intervenções pluridimensionais e intersectoriais, através do reforço das iniciativas promovidas pelas comunidades locais, a implementação facilitada de estratégias integradas de desenvolvimento local, e a formação de grupos de ação local, com base na experiência da abordagem LEADER, estabelecendo uma estreita coordenação de todos os Fundos QEC, podem ser perspetivadas como uma oportunidade para desenvolver os territórios rurais com potencial turístico a partir dos recursos e experiências únicas que oferecem aos turistas que os procuram.

- 1 Suzanne Thibal, *Le tourisme rural en Europe*, Council of Europe, 1988
- 2 CE, *Why do we need a Common Agriculture Policy?* Discussion Paper by DG Agriculture and Rural Development, 2009; http://ec.europa.eu/agriculture/cap-post-2013/reports/why_en.pdf
- 3 *Perspectives of Rural Tourism in Europe*, ROUTES Project, 2008; http://www.vioregio.sk/en/education/handbook/perspectives_in_europe.php
- 4 IESE, Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, DGADR, 2008; <http://www.dgadr.pt/>
- 5 http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/regulation/pdf/2014/proposals/regulation/general/general_proposal_pt.pdf



Maria José Ilhéu

Economista. Técnica da EPDTR - Equipa de Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais da DGADR - Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal (2008)

Realizado por: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)

Coordenador: António Oliveira das Neves

Promovido por: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) – Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

Apoio: LEADER+

Trata-se do primeiro estudo de âmbito nacional a ser realizado em Portugal com o objetivo de caracterizar, de forma aprofundada, a atividade turística enquadrada no Turismo no Espaço Rural (TER) e Turismo de Natureza (TN), e identificar estrangulamentos e potencialidades para o desenvolvimento deste setor.

Este trabalho refletiu sobre a oferta de TER/TN, a caracterização da procura, a análise da gestão e do pessoal ao serviço, as dinâmicas de investimento, motivações e expectativas de futuro, o papel do LEADER no desenvolvimento do setor, e um balanço geral com recomendações.

Realizando a compilação de dados quantitativos recolhidos pelo Turismo de Portugal, Instituto Nacional de Estatística e IESE, este estudo apresenta um vasto conjunto de quadros e gráficos que permitem uma análise detalhada da situação do TER/TN em Portugal.

Entre os dados mais salientes, destaca-se o crescimento da oferta de TER, que aumentou de 8.553 para 11.327 camas entre 2002 e 2007, que em 2007 se distribuíam por 1.023 unidades. Estas situavam-se maioritariamente no norte do país (44 por cento), seguido do centro (22 por cento), Alentejo (16 por cento), Açores (oito por cento), Madeira (cinco por cento), Lisboa e Algarve (três por cento).

Os principais fatores apontados pelos turistas para procurarem estabelecimentos de TER/TN são a descoberta de uma região (54 por cento), o contacto com a natureza (41 por cento), a saúde e bem-estar (30 por cento) e a gastronomia e vinhos (16 por cento).

Entre as condicionantes à atividade, tem realce a promoção turística insuficiente, apontada por 56 por cento dos estabelecimentos,

a capacidade limitada de alojamento (35 por cento), a insuficiência de redes de cooperação (22 por cento) e a burocracia ou legislação desadequada (19 por cento).

O LEADER é apontado como tendo tido um papel preponderante sobretudo na requalificação do património rural, tendo permitido a recuperação de casas e infraestruturas que, de outro modo, prolongariam a sua degradação física e ambiental.

De acordo com o estudo, a implantação de atividades TER/TN no espaço rural tem impulsionado efeitos no tecido social e económico local que decorrem das dinâmicas induzidas pelas atividades turísticas e de lazer (em termos territoriais, económicos e de emprego), efeitos associados, sobretudo, a: aproveitamento económico da paisagem natural e construída, baseado em novas atividades que constituem elementos de atratividade de fluxos de visitantes; revitalização económica dos espaços rurais, com novos produtos e serviços, fonte de atração de fluxos de visitantes; e criação de novos empregos e fontes complementares de rendimento.

O estudo apresenta um conjunto de recomendações, ao nível da envolvente territorial, das políticas ativas, da qualificação da oferta, das redes de cooperação e da formação de competências e empregabilidade, realçando que “importa desenvolver atuações contextualizadas (estratégicas), com futuro no âmbito do triângulo *competitividade* (do produto e dos destinos), *sustentabilidade* (dos negócios e das bacias de receção) e *impactes* (nas atividades e sistemas agro-rurais, bem como nos processos de desenvolvimento rural).”

O estudo pode ser consultado em: <http://goo.gl/EVZb5>

ROTA NA MADEIRA, POR VEREDAS E LEVADAS

▶ Funchal ▶ Eira do Serrado ▶ Santa Cruz ▶ Machico ▶ Santana ▶ São Vicente ▶ Porto Moniz



Quem chega ao Funchal está de visita à Madeira. Ligam-se os percursos urbanos pelo centro histórico da cidade a excursões a miradouros que oferecem paisagens deslumbrantes e a passeios a pé por territórios únicos como o das veredas e levadas.

Expressão viva de como foi possível a intervenção do homem na natureza sem criar ruturas significativas no funcionamento dos ecossistemas, as veredas e as levadas são as peças mais ricas do património cultural madeirense. Outrora as vias por onde a população encurtava distâncias, socorridas pelas “esplanadas” que correm ao longo da maioria das levadas, numa paisagem repleta de tesouros da Laurissilva – Património da Humanidade – fazem hoje as delícias dos turistas e dos amantes dos passeios pedestres.

Aos poucos, a oferta vai sendo mais diversificada, os serviços mais qualificados e as estruturas de apoio e atividades paralelas em maior número, permitindo tirar partido das características naturais, ambientais e culturais locais, e, ao mesmo tempo, abrir as múltiplas potencialidades dos territórios rurais.

É o corolário do trabalho desenvolvido na recuperação

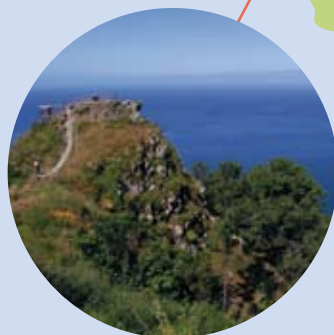
e requalificação de veredas e levadas, assim como na sinalização dos primeiros percursos pedestres na Madeira, designadamente pela Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira (ADRAMA) e Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira (ACAPORAMA), que assumiram um papel pioneiro na conservação deste património rural, propondo e apoiando inúmeras intervenções no âmbito dos programas LEADER II e LEADER+ e Abordagem LEADER/PRODERAM.

Na rota deste legado histórico, por veredas que rasgam a Madeira por entre fragas e brejos, e levadas com centenas de quilómetros que conduzem a água das vertentes norte para os terrenos da encosta sul, propomos que parta à descoberta de alguns lugares desta ilha belamente inventada, num perfeito diálogo entre Homem e Natureza.

Partindo do **1 Funchal** em direção a Câmara de Lobos, a primeira paragem é no **2 Cabo Girão**. Um promontório quase vertical com 580 m de altura (o segundo mais alto da Europa) que oferece uma vista magnífica sobre a enseada piscatória, os “poios” de bananeiras e a mancha branca da maior

e mais populosa cidade madeirense.

Rumando para norte, a caminho da Eira do Serrado chega-se ao **3 Jardim da Serra**. Nesta terra de produção frutícola abundante poderá dar um passeio a cavalo, no centro hípico Escapadas



dos Cavaleiros, ou a pé... Aqui, do **4 miradouro Boca dos Namorados**, de onde se espreita o **5 Curral das Freiras**, sai uma vereda que leva ao centro da pitoresca vila no coração da ilha. Em alternativa, poderá fazer o percurso Boca da Corrida - Curral das Freiras. Dois passeios pedestres, de curta duração (cerca de uma hora), que podem estender-se a uma caminhada mais longa, até ao Pico Grande, num percurso pleno de verdejantes trechos paisagísticos que levará mais umas cinco horas a palmilhar.

Na verdade, dezenas de passeios podem ser feitos pelo emaranhado de levadas existentes por toda a ilha (cerca de 200, somando mais de 1000 km de extensão), numa inigualável obra que prova que o madeirense, não se resignando a um determinismo ambientalista, tem sabido tirar partido dos valores naturais da ilha. Históricos ficaram os ciclos do trigo e do açúcar. Hoje, o ciclo é o do turismo com mi-

O espaço – apoiado pelo LEADER – permitiu melhorar as condições de recepção dos visitantes do Parque Natural da Madeira que são convidados a percorrer um trilho de quatro km, convivendo de perto com a flora endémica da ilha, designada-



lhões de turistas a passar pelo arquipélago todos os anos (cinco milhões em 2010).

Da serra ao mar, dê um salto a **6 Santo António da Serra**, **7 Camacha**, **8 Gaula** e **9 Santa Cruz**. Aqui foi criada, com apoio LEADER através da ACAPORAMA, a Rota da Água. Um conjunto de percursos pedestres assente nas características culturais da freguesia, marcada por uma relação ancestral com a água.

Mais adiante, no Caniçal visite a **10 Casa do Sardinha** onde está instalado um centro de interpretação da natureza.

mente, loureiro, vinhático, til – plantas mais comuns da Laurissilva – e avifauna, sendo o pequeno pássaro Bisbis a espécie mais conhecida. Ainda no Caniçal, poderá visitar o **11 Museu da Baleia**,



criado para perpetuar a atividade baleeira na Madeira entre a década de 40 e 80 do séc. XX, igualmente beneficiário do apoio LEADER.

No **12 Porto da Cruz**, na Referta sai um dos trilhos mais populares dos caminhantes: a vereda da **13**

sugestão da ACAPORAMA e acomode-se nas **14 Casas Vale Paraizo** (TER apoiado pelo LEADER).

Continuando pelo norte da ilha da Madeira, Santana... Com as suas típicas casas – imagem de marca da Madeira que corre o mundo – e clas-

e os **18 poços do Caldeirão Verde** e do **Inferno**.

Partindo daqui tem várias opções de veredas e levadas, com diferentes graus de dificuldade, mas o desafio que lhe propomos é o percurso acidentado de 10 km, **19 Achada do Teixeira** – **20 Pico Ruivo** (1861m) – **21 Pico das Torres** (1851m) – **22 Pico do Areeiro** (1816m). Ou, em alternativa, a recém-inaugurada vereda que liga o **23 Lombo Grande (São Roque do Faial)** à **Levada do Castelejo**, num trajeto total-

Para dormir, a ADRAMA aconselha a **24 Casa da Tia Clementina**, na Achada de Simão Alves, que ostenta também o “selo” LEADER, e nós sugerimos que aproveite a paragem para apreciar o trabalho dos artesãos a trabalhar o vime, a palha de milho e o barro, e as bordadeiras, que “desenham” os famosos bordados da Madeira.

Deixando para trás Santana, a paisagem muda chegando-se a São Vicente, com os seus socalcos laboriosamente trabalhados com batata-doce, milho e vinha. Aqui, vale a pena visitar a **25 Rota da Cal** – Núcleo museológico, LEADER, centrado na investigação e reconstituição das tradições locais os processos associadas à indústria da cal na Madeira. Ou ainda as **26 Grutas de São Vicente** que convidam a uma viagem ao interior da Terra.

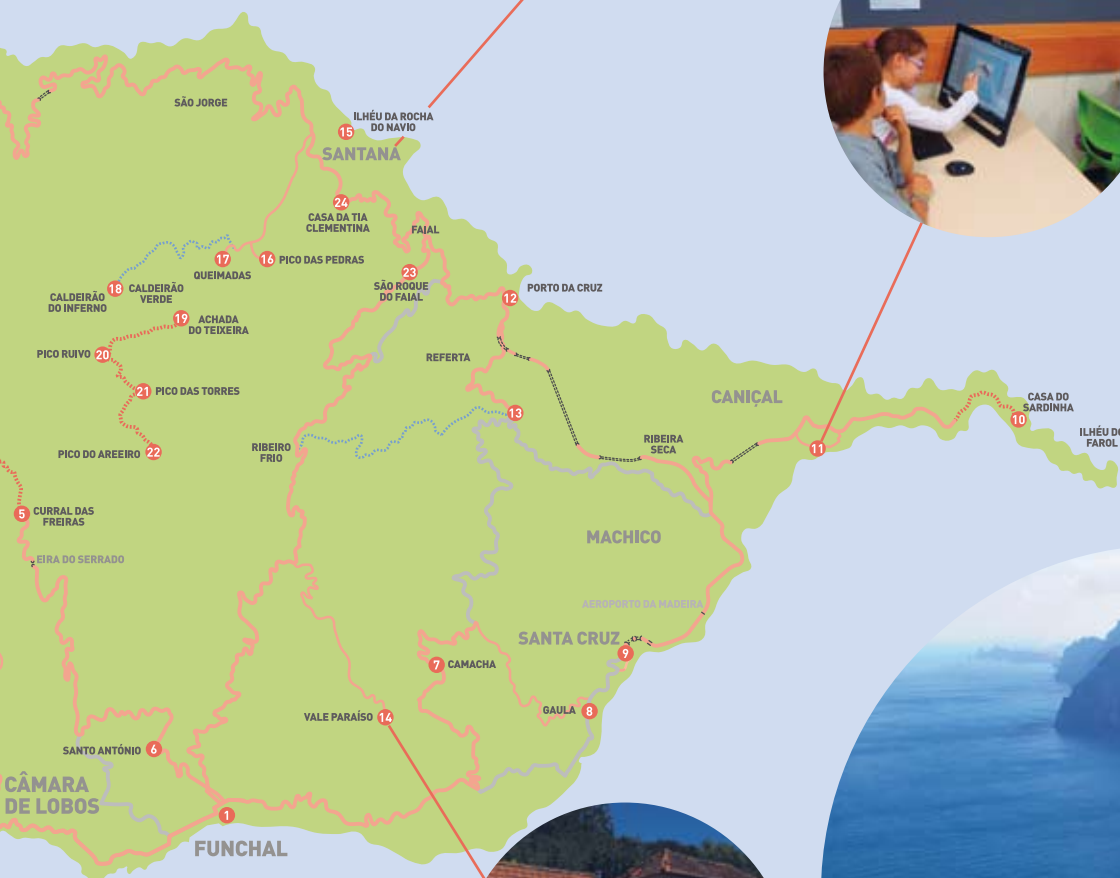
Seguindo pela ER 110 desça ao **27 Porto Moniz** que com as suas piscinas naturais de rocha basáltica vale bem a sua visita. O mar empresta o azul à verdejante paisagem e inspira a gastronomia (lapas grelhadas, budião cozido,

dos Lamaceiros, caminhando até onde lhe apetecer, pois o percurso até à origem da levada levará pelo menos quatro horas a percorrer.

Em direção à Calheta, pela antiga estrada, atravessando túneis escavados à força de braço, impõe-se uma paragem no miradouro da **29 Raposeira do Lugarinho**, com uma magnífica vista sobre o Paul do Mar. A próxima escala bem poderá ser nos **30 Prazeres**, para visitar a quinta pedagógica, apoiada pelo LEADER II.

Na Calheta, a cultura de cana-de-açúcar faz-se hoje em dia em pequena escala, destinando-se exclusivamente à produção do rum e do mel de cana, “ingrediente secreto” dos afamados bolos de mel da Madeira. Num dos poucos engenhos que ainda subsistem por aqui poderá ver a maquinaria usada no fabrico da aguardente de cana e, claro, saborear a famosa poncha.

Tomando a via expresso, rapidamente se alcança a **31 Ponta do Sol** que não obstante o desejado desenvolvimento soube manter a ruralidade, patente nos luxuriantes poios de bananeiras e cana sacarina. Admire o antigo cais recuperado através do LEADER e siga para Ribeira Brava. Encaixado num vale que se estenda do mar à serra, é espaço de singular beleza onde o diálogo Homem-Natureza está bem presente. Para melhor contemplar este cenário suba ao miradouro da **32 Encumeada na Serra d'Água**. E... aprecie a paisagem, com o tempo e a dignidade que ela merece... Qualquer paisagem provoca sempre deslumbramento, se a soubermos ler e sentir...



Levada do Castelejo. O trajeto, numa extensão de cinco km até à nascente no Ribeiro Frio, em Santana, por entre encostas verdejantes e poios férteis, demora cerca de duas horas a percorrer. Também esta levada foi objeto de ações de conservação apoiadas pelo LEADER através das duas associações de desenvolvimento local. Pretendendo alojamento por estes lados, siga a



sificada pela UNESCO como Reserva Mundial da Biosfera, encerra diversos locais que merecem ser visitados: a **15 Reserva Natural da Rocha do Navio**, **16** o **Pico das Pedras**, os **17 parques das Queimadas**

mente novo, recuperado e sinalizado com apoio LEADER através da ADRAMA.

entre outras especialidades). Uma boa sugestão é um passeio ao longo da **28 Levada**



13

Na Madeira

ACAPORAMA
www.acaporama.org

ADRAMA
www.adrama.pt



Quinta das Lamas e Salgueirinhos

“A Associação Beira Douro foi um interlocutor essencial para o apoio financeiro que viria a concretizar este projeto.”

Paula Branco, proprietária da Quinta das Lamas e Salgueirinhos

A Quinta das Lamas e Salgueirinhos foi criada pela empresa Papoila do Prado, que se propôs realizar a reabilitação de um casario que pertencia à Quinta aquando da sua aquisição. Isto possibilitou a criação de um projeto de turismo em espaço rural com uma vertente fortemente ligada ao desenvolvimento local, à ruralidade e à reabilitação destes espaços e saberes rurais.

Este projeto está inteiramente vocacionado para o desenvolvimento de atividades agrícolas e artesanais tradicionais, nomeadamente diversos workshops como a confeção de pão artesanal, secagem de ervas aromáticas e produção de cosméticos artesanais naturais à base de plantas. Também promovem o contacto com a natureza, o lazer bucólico, com caminhadas e percursos pedestres.

Dado que o investimento privado não era suficiente para dinamizar o projeto, os promotores contactaram a BEIRADOURO – Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro, obtendo uma grande receptividade e o apoio no concurso ao LEADER, que permitiu aos promotores a concretização deste sonho de mudança de vida para o interior do país e de retorno a um espaço mais ligado à natureza.

<http://goo.gl/Afrwc>

Localização	Resende
Data da candidatura	2008
Investimento total	150.000,00 EUR
Comparticipação LEADER	50%
Postos de trabalho criados	1



Quinta do Quetrofe

“A Associação Pró-Raia foi muito importante na fase de arranque, no apoio que deram financeiramente e no aspeto técnico.”

António Silva, promotor da Quinta do Quetrofe

O projeto da Quinta do Quetrofe começou pela reabilitação de um conjunto de edifícios para promover e acolher atividades ligadas ao desporto de natureza. Para o realizar, a Quinta do Quetrofe contou com o apoio da PRÓ-RAIA – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte, para o cofinanciamento do projeto pelo LEADER. Isto permitiu criar um espaço que se encontra dividido em torno de duas áreas fundamentais: uma sala ampla e um bar, e outra de recolha e manutenção das bicicletas e burros.

É a partir daqui que a Quinta do Quetrofe desenvolve a sua atividade de animação turística. Com licenciamento em atividades de turismo e natureza, a empresa possui uma forte ligação ao Parque Natural da Serra da Estrela, apresentando credenciais para a prática de ações neste espaço natural protegido.

As atividades com uma forte componente de aventura propõem aos seus visitantes momentos de divertimento com Rappel, BTT, slide, passeios pedestres, Moto 4, passeios de burro entre outros. A animação tradicional também está presente, com a dinamização de atividades típicas da Beira Interior, como a apanha das castanhas, as malhas e a desfolhada, preservando assim a memória etnográfica regional e proporcionando aos visitantes experiências diferenciadoras de turismo cultural.

Localização	Guarda
Data da candidatura	2004
Investimento total	200.783,87 EUR
Comparticipação LEADER	50%
Postos de trabalho criados	1



Quinta dos Anjos

“A APRODER ajudou-nos em vários momentos, apoiando com parte do investimento na restauração ou no restauro de diversos edifícios antigos.”

Graciete Pereira Caldas, Presidente do Conselho de Administração

A Quinta dos Anjos está situada no Ribatejo, perto de Santarém. A propriedade conta com 130 ha, dos quais 50 ha são cobertos de matas de pinheiros e de sobreiros, oferecendo características distintivas de paisagem e ambiente rurais.

Possui uma Capela, a Ermida de Nossa Senhora dos Anjos, do século XIII, com licença de culto, o que permite a celebração de casamentos católicos. As casas e a capela estão integradas numa área com cerca de 11 ha, encontrando-se alguns dos edifícios envolvidos por uma mata com árvores centenárias. Aproveitando os extraordinários recursos ambientais e paisagísticos e utilizando as antigas edificações rurais, oferece aos clientes uma gama de serviços turísticos.

O projecto inicial que beneficiou de apoio do LEADER, através da APRODER – Associação para a Promoção e Desenvolvimento Rural do Ribatejo, foi a construção de quatro apartamentos, de modo a complementar a estrutura já existente e a alargar a área de oferta de turismo rural. Os celeiros foram recuperados e transformados em zonas de eventos, em especial casamentos. Mais tarde, foram recuperadas as cozinhas e uma casa que serve de suporte à logística da realização de eventos, tendo já em 2009 obtido novo apoio para a reconstrução da Casa do Hermitão, um T2 dedicada ao turismo rural.

<http://www.quintadosanjos.com/>

Localização	Santarém
Data da candidatura	2007
Investimento total	353.537,62 EUR
Comparticipação LEADER	22%
Postos de trabalho criados	0